

Cadernos de Formação

Projeto

# MOVA-Brasil

Programa Petrobras Socioambiental

## Educação Popular

Emiliano Palmada Liu

Francisca Rodrigues de Oliveira Pini

Washington Góes

Realização



Apoio



Ministério da  
Educação



Cadernos de Formação

Projeto

# MOVA-Brasil

Programa Petrobras Socioambiental

## Educação Popular

Emiliano Palmada Liu

Francisca Rodrigues de Oliveira Pini

Washington Góes

São Paulo, 2015  
3ª edição

# Expediente

## COMITÊ GESTOR MOVA-Brasil

### *FUP – Federação Única dos Petroleiros*

José Genivaldo Silva  
Tereza Mara Cruz

### *IPF – Instituto Paulo Freire*

Moacir Gadotti  
Francisca Pini  
Alexandre Munck – Suplente  
*Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A.*  
Adoniran de Carvalho Costa  
Dilermando Tell Cunha – Suplente  
Eduardo de Almeida Pacheco Amaral – Suplente

## FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS

### *Articulação social*

Polo AM – Aldemir Caetano e Paulo Neves  
Polo BA – Luciomar Machado e Leonardo Urpia  
Polo CE – Marcondes Muniz  
Polo MA – José Josivaldo Alves de Oliveira  
Polo MG – Gildo Roberto Almeida  
Polo PE/PB – Luiz Lourenzon  
Polo RJ – Manoel Ramos e Vitor Carvalho  
Polo RN – Jailson Morais  
Polo SE – Genivaldo Alves dos Santos

## INSTITUTO PAULO FREIRE

### *Coordenação pedagógica e administrativa nacional MOVA-Brasil*

## COORDENAÇÃO GERAL

Alessandra Rodrigues dos Santos

## PEDAGÓGICA

Claudilene de Lima Gonzaga  
Luiz Marine José do Nascimento  
Mariana Galvão Nascimento  
Rodrigo Costa da Silva

## ADMINISTRATIVA

Adriana Navarro  
Bruna Caroline Rodrigues dos Santos  
Jacira da Silva Paiva  
Maria Aparecida Domingues  
Rafaela Francisco  
Sandra Pereira da Silva – Coordenadora  
Sandra Silvério  
Simone Pereira

### *Coordenação de polos*

Alagoas – Elenice Peixoto Toledo  
Amazonas – Alice Aparício Aidem  
Bahia – Claudiane Batista Lima de Jesus  
Ceará – Francisco Iran Gomes da Silva  
Maranhão – Maria Gonçalves da Conceição  
Minas Gerais – Andreia Sol  
Pernambuco/Paraíba – Virginia Almeida  
Rio de Janeiro – Geanne Pereira Campos  
Rio Grande do Norte – Josileide Silveira de Oliveira  
Sergipe – Valéria Santos

### *Ed,L – Editora e Livraria Instituto Paulo Freire*

Janaina Abreu – Coordenadora Gráfico-Editorial  
Emília Silva – Assistente de Produção Gráfico-Editorial  
Renato Pires – Capa  
Maps World e Aline Inforsato – Identidade Visual, Projeto Gráfico,  
Diagramação e Arte-Final  
Julio Talhari e Daniel Shinzato – Revisão  
Ângela Antunes e Paulo Roberto Padilha – Revisão de conteúdo

### **Emiliano Palmada Liu**

Bacharel em Ciências Sociais pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), com TCC sobre política, ideologia e pragmatismo.

### **Francisca Rodrigues de Oliveira Pini**

Possui graduação em Serviço Social pela Faculdade Paulista de Serviço Social (1990) e mestrado (2000) e doutorado (2006) em Serviço Social pela PUC/SP. É diretora pedagógica do Instituto Paulo Freire. É também sócia-fundadora do Centro de Direitos Humanos e de Defesa dos Direitos da Criança, Adolescente e Juventude Paulo Freire (CEDHECA Paulo Freire).

### **Washington Góes**

Formado em Letras pela PUC/SP. Mestrando no Programa de Educação: História, Política e Sociedade da PUC/SP. Coordenou equipe de educadores formadores em escolas de Osasco (2010) sobre participação e gestão democrática.

Copyright 2011 © Instituto Paulo Freire

**Instituto Paulo Freire**

Rua Cerro Corá, 550, 1ª andar, sala 10

São Paulo - SP - Brasil

(11) 3021-5536

www.paulofreire.org

ipf@paulofreire.org

# Sumário

Apresentação .....	5
Introdução .....	7
1. Histórico da Educação Popular no Brasil e na América Latina.....	9
1.1 Desse modo, como exigir das pessoas conhecimento e análise das relações de opressão nas quais estavam inseridas? .....	9
1.2 O que mobilizava parte da sociedade daquela época a lutar pela Educação Popular?.....	10
1.3 Mas, afinal, qual a nossa compreensão de Educação Popular?.....	10
1.4 Quais as experiências vivenciadas no Brasil que buscaram e buscaram romper com as lógicas dominantes? .....	11
1.5 A Educação Popular e a América Latina .....	14
1.6 Qual a relação do educando e do educador na pesquisa participante? .....	14
1.7 Quais princípios são incorporados na Educação Popular neste século XXI? .....	15
2. Contribuições centrais de Paulo Freire à Educação Popular .....	19
2.1 Qual a relação entre a concepção de educação libertadora e a Educação Popular? .....	20
2.2 Como nossa atuação está acolhendo os saberes dos educandos na prática educativa? .....	21
3. Educação Popular como concepção de educação .....	23
3.1 Quando surge a educação? .....	23
3.2 Se tudo o que vive é significativo à comunidade, o que é determinante para definir o que é educação? .....	23
3.3 Como e quando surge a escola no Brasil? .....	24
3.4 Qual concepção de educação predominou na história? .....	25
3.5 Qual concepção de educação orienta o seu trabalho educativo? .....	26
3.6 Em que princípio se pauta a Educação Popular? .....	27
3.7 Marco Referencial da Educação Popular: contribuição às políticas do Brasil .....	28
4. Mobilização e articulação social .....	29
4.1 De onde parte a mobilização? Qual a forma de despertar o interesse na participação? .....	30
4.2 Quais as atividades de mobilização possíveis? .....	30
Referências .....	32



# Apresentação

Prezada educadora, prezado educador,

Em 1989, Paulo Freire criou o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos da Cidade de São Paulo (MOVA-SP), no qual foram plantadas sementes que até hoje geram frutos e contribuem para a diminuição do analfabetismo no Brasil e em outros países.

Em 2001, no contexto do I Fórum Social Mundial de Porto Alegre, surgiu a ideia de um projeto de alfabetização de jovens e adultos que tivesse a mesma força e organização curricular do MOVA-SP, mas que pudesse alcançar diversos estados brasileiros. Isso foi possível a partir de 2003, quando a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), a Federação Única dos Petroleiros (FUP) e o Instituto Paulo Freire (IPF) consolidaram uma parceria histórica e deram início ao Projeto MOVA-Brasil.

De 2003 a 2014 foram alfabetizadas 267 mil pessoas e formados(as) cerca de 11 mil alfabetizadores(as), monitores(as), coordenadores(as) locais e de polos. Foram muitos os êxitos ao longo desses anos, mas o desafio continua e há muito por fazer, pois todos sabemos que ainda há cerca de 14 milhões de pessoas analfabetas em nosso país.

Por isso, reafirmamos a concepção de educação popular em direitos humanos como orientadora do Projeto MOVA-Brasil, tendo em vista a possibilidade de inter-relacionar a cultura dos sujeitos com mobilização para o processo de emancipação social.

A nossa disputa pelo campo democrático e popular se constitui numa garantia de que essa conquista se torne permanente e seja consolidada em práxis político-pedagógicas.

Retrocessos em políticas públicas sempre estão na ordem do dia. É por isso que a luta deve ser permanente e as conquistas devem ser aprofundadas e consolidadas, inclusive no campo legal e jurídico. Direitos humanos precisam sempre serem reconquistados.

O Projeto MOVA-Brasil tem essa identidade com a promoção dos direitos humanos quando assegura como sujeitos prioritários as mulheres, as comunidades tradicionais e os negros. Ele se desenvolve em 11 estados, a saber: Amazonas, Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Apresentamos a você, educador e educadora, a Série Cadernos de Formação do Projeto MOVA-Brasil, composta por oito volumes: Educação de Adultos; Metodologia MOVA; Educação Popular; Economia Solidária; Diversidade e Direitos; Gestão Compartilhada; Água, energia e mudanças climáticas; Avaliação do processo de ensino e aprendizagem.

Os dois últimos cadernos foram elaborados a partir de 2015, com base na avaliação realizada pelos sujeitos envolvidos com o Projeto ante a necessidade de aprofundamento teórico e político-pedagógico sobre as temáticas da água, energia, mudanças climáticas e avaliação do processo de ensino e aprendizagem.

Como escreveu Paulo Freire, “o homem, como um ser histórico, inserido num permanente movimento de procura, faz e refaz constantemente o seu saber” (*Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 47).

É nesse contexto de companheirismo e generosidade tão caros a este Projeto que compartilhamos com alfabetizadores e alfabetizadoras, coordenadores locais e equipe dos polos do MOVA-Brasil estes Cadernos, visando contribuir com as formações continuadas e, principalmente, no dia a dia da sala de aula durante o processo de alfabetização. Eles trazem reflexões teórico-práticas e oferecem subsídios tanto para as atividades curriculares quanto para aquelas relacionadas às dimensões administrativo-financeiras, destacando a importância da transparência, da sustentabilidade e da responsabilidade compartilhada na gestão do Projeto.

Nosso desejo é o de que esta Série ganhe vida nos encontros de formação, nas salas de aula e também na continuidade do registro, da sistematização e da produção do conhecimento, gerando novos cadernos e contribuindo para que o Projeto MOVA-Brasil possa continuar fortalecendo a alfabetização de jovens, adultos e idosos, de forma a promover a vida e a cultura das pessoas, ajudando-as a afirmarem suas identidades e a exercerem mais plenamente suas cidadanias.

Dessa forma, essas pessoas contribuirão ainda mais para as sociedades sustentáveis do país e terão mais condições de dar continuidade aos seus estudos e aos seus aprimoramentos e qualificações profissionais, exigência do nosso tempo e meta renovada do Projeto MOVA-Brasil.

Instituto Paulo Freire

# Introdução

Este caderno tem por objetivo apresentar e refletir sobre a concepção da Educação Popular com base no momento histórico em que ela se define no campo democrático em favor das classes populares. Pretende também contribuir com aportes teórico-metodológicos aos(as) coordenadores(as) e educadores(as) do Projeto MOVA-Brasil.

Sua elaboração contemplará quatro aspectos: 1 – Histórico da Educação Popular no Brasil e na América Latina; 2 – Contribuições centrais de Paulo Freire à Educação Popular; 3 – Educação Popular como concepção de educação; 4 – Mobilização e articulação social.

Dialogar com Paulo Freire é trazer ao tempo presente sua contribuição a essa prática social, tão necessária em um mundo com tantos dilemas éticos, mesmo que, por vezes, os projetos conservadores de educação afirmem que a Educação Popular é algo superado.

Após 50 anos das reflexões iniciais de Paulo Freire, o seu pensamento continua atual e dialoga com as mesmas expressões e força daquele período da década de 1960. Podemos afirmar que o país ainda produz muita miséria, desigualdade, analfabetismo, concentração de terras nas mãos de poucos, financeirização e comercialização da vida, entre tantas outras expressões da questão social, que podem ser compreendidas como a forma em que se engendra o modo de produção capitalista e sua relação com o trabalho.

As ideias de Paulo Freire foram, por outro lado, ampliadas em alguns aspectos, como em relação à sua reflexão socioambiental, em grande parte, presente em diversas experiências mais recentes.

A escritora latino-americana Rosa Maria Torres (1987), em entrevista com Paulo Freire, sistematizou a seguinte reflexão:

[...] o Freire que se nos revela em artigos, conversas ou entrevistas recentes como a que incluímos neste volume seria, sem dúvida, não só difícil de reconhecer, mas, possivelmente, até mais avançado do que ele conseguiu desenvolver nas suas próprias práticas. Um Freire alinhado com a revolução e com a democracia, para quem não existe nenhuma contraposição entre democracia e revolução socialista. Um Freire para quem a educação popular é “um esforço no sentido da mobilização e da organização das classes populares com vistas à criação de um poder popular”, que não se restringe exclusivamente ao mundo dos adultos nem à educação não formal, mas que compete também ao mundo infantil e à escola, pois o que marca, o que define a educação popular não é a idade dos educandos, mas a opção política, a prática política entendida e assumida na prática educativa (1987, p. 37).

Perguntamo-nos: qual a contribuição da Educação Popular nos dias atuais e por que adotá-la como referencial de prática social?

Com essa pergunta instigamos os(as) leitores(as) a refletirem sobre como a Educação Popular é vivenciada no cotidiano do Projeto MOVA-Brasil e sobre como ela tem trazido contribuições à formulação de novas estratégias pedagógicas?

Pela caminhada do Projeto MOVA-Brasil, o diálogo com a Educação Popular é intrínseco ao seu desenvolvimento. As experiências diversas, construídas coletivamente durante esse percurso, retratam a relevância dos princípios teórico-metodológicos de Paulo Freire e o seu significado social para a vida das pessoas, com as quais fizeram e fazem parte desse processo de ler e escrever a realidade social.

Por isso, convidamos todos(as) os(as) educadores(as) a sistematizarem suas práticas de modo que elas possam gerar, nas vidas das pessoas que adotarem esses princípios como referencial teórico-metodológicos, coragem, desafio, ousadia, um profundo entusiasmo pela reflexão crítica sobre a Educação Popular e sua respectiva transformação.





# 1. Histórico da Educação Popular no Brasil e na América Latina

Resgatar a memória da Educação Popular no Brasil é retomar sua história e compreender o seu legado na defesa da educação de qualidade, sociocultural e socioambiental, pública, democrática, de base e que se constrói convivendo, respeitando e valorizando a diversidade dos sujeitos.

A Educação Popular no Brasil começou com a preocupação de escolarização, mais precisamente, no ano de 1920, 31 anos após a instauração da República<sup>1</sup>. O censo de 1920 mostrava a existência de 1.030.752 alunos matriculados, com frequência de 678.684, para uma população total do país de quase 30 milhões de habitantes, o que significa que – se considerarmos a população total do país – o nível de atendimento escolar era quase o mesmo que em 1909 (PAIVA, 1973, p. 84).

O movimento de luta pela democratização da escola pública se articulou para exigir o direito ao acesso à educação a todos os cidadãos tendo em vista o alto índice do analfabetismo.

Brandão explica que esse momento foi influenciado por ideais franceses, norte-americanos e tinha seus fundamentos em dois princípios:

[...] o primeiro considerava que a educação escolar era não só um direito de todos os cidadãos, mas o meio imediato, justo e realizável de construção das bases de uma sociedade democrática. O segundo, modificações fundamentais nas formas e na qualidade da participação de inúmeros brasileiros, tanto na cultura quanto na vida econômica e política do país, eram uma condição fundamental para a melhoria dos indicadores de nossa situação de atraso e pobreza; a educação estendida a todos através de uma mesma escola – pública, laica e gratuita – é um instrumento indispensável em tudo isto.

(BRANDÃO, 2006, p. 39)

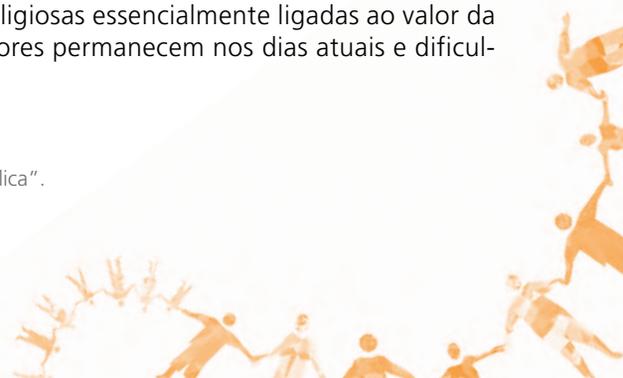
Podemos observar que os dois princípios buscavam ajustes dentro da ordem dominante estabelecida, ou seja, a educação era meio para o progresso e desenvolvimento econômico e não para a emancipação dos sujeitos.

## 1.1 Desse modo, como exigir das pessoas conhecimento e análise das relações de opressão nas quais estavam inseridas?

Evidentemente que essa luta pela Educação Popular para o povo não foi iniciada pelo camponês e, tampouco, pela base da sociedade, mas por setores mais progressistas da sociedade, os quais já tinham acesso à riqueza socialmente produzida pela humanidade e não compartilhavam com a situação de desigualdade social no país.

No entanto, foi difícil o caminho percorrido na busca da superação de valores e costumes arraigados na sociedade, decorrentes de fatores históricos, como o longo período de escravidão, bem como a violação de todos os princípios de respeito à dignidade da pessoa humana: a política oligárquica e patrimonial; o sistema de ensino autoritário, elitista e com uma preocupação muito mais voltada para a moral privada do que para a ética pública; a complacência com a corrupção e com os privilégios concedidos aos governantes e às elites; a convivência com a violência, principalmente quando exercida exclusivamente contra os pobres e os socialmente discriminados; as práticas religiosas essencialmente ligadas ao valor da caridade em detrimento do valor da justiça. Muitos desses fatores permanecem nos dias atuais e dificultam o desenvolvimento social de nosso país.

1. A palavra “república” tem origem no latim e significa *res publica*, “coisa pública”.



## 1.2 O que mobilizava parte da sociedade daquela época a lutar pela Educação Popular?

Essa pergunta é fácil de responder se considerarmos que as estruturas econômicas, políticas, sociais e culturais influenciam a dinâmica de uma sociedade. É possível afirmar que a resposta a essa pergunta era o analfabetismo e a necessidade de sua eliminação para o progresso do país. No entanto, democratizar o acesso à educação sem assegurar os bens necessários a ela pouco contribuía para a eliminação do analfabetismo, pois as diferenças regionais, as distâncias de locomoção, os turnos de aulas, o currículo, os tempos de aprendizagens, entre outros, são fatores para os quais os governantes historicamente dão pouca atenção. Por isso, ainda temos 14,1 milhões de analfabetos (IBGE, 2010).

Num movimento dinâmico e dialético, constroem-se, dialogicamente, as alternativas ao que está posto. Grupos de resistência no campo da educação vão se fortalecendo e, processualmente, criando alternativas ao poder dominante, por meio de uma Educação Popular que constrói, efetivamente, com os sujeitos, reflexões e intervenções que contribuem para a emancipação das pessoas, o que significa estarem livres da opressão.

Estudos de Brandão (2006), Fávero (1983) e Beisiegel (1974) mostram que os programas oficiais das décadas de 1940 e 1950 em relação à eliminação do analfabetismo tiveram pouca efetividade; na maioria das vezes, conseguiram ensinar a decodificação da escrita. Mas nenhum deles apontaram para uma mudança estrutural da sociedade.

## 1.3 Mas, afinal, qual a nossa compreensão de Educação Popular?

A Educação Popular é compreendida como aquela que não está institucionalizada, ocorre dentro e com os grupos populares; é determinada pela realidade e sua perspectiva é histórica. Desenvolve-se na sociedade para se contrapor ao projeto educacional dominante. Por isso, é adotada em diferentes contextos, principalmente pelos movimentos sociais do campo e da cidade e pela educação de jovens e adultos; tem uma direção social crítica.

Ao mesmo tempo em que é necessária e legítima a ampliação de experiências autônomas e alternativas de uma Educação Popular realizada entre movimentos populares, movimentos sociais e agências civis de educadores participantes, é também importante a redefinição das atividades da escola pública de modo que, à custa de lutas e conquistas, a Educação Popular se transforme em uma educação também financiada e oferecida pelo poder do Estado, a serviço dos interesses e projetos das classes populares. “Isto é parte do projeto histórico de, um dia, toda a educação realizar-se, em uma sociedade plenamente democrática, como Educação Popular” (BRANDÃO, 2006, p. 54).

Nesse sentido, percebemos que as práticas iniciadas na década de 1960 pelo educador Paulo Freire em relação à Educação Popular distinguem-se das práticas anteriores. Aqui se apresenta um divisor de águas, do ponto de vista teórico, político, social e cultural.

Por outro lado, relacionar a Educação Popular à Educação de Jovens e Adultos (EJA) é tarefa desafiadora, pois a primeira pretende ser a base da construção do poder popular no processo de



Formação continuada com monitores e coordenadores locais. Polo Semi-Árido. 2005.

alfabetização, e a segunda precisa assegurar que o alfabetizando conheça e apreenda o código da leitura e da escrita, o que é imprescindível ao projeto de emancipação popular.

A experiência de Paulo Freire conseguiu assegurar a práxis pedagógica de Educação Popular relacionada à EJA, a qual compreendemos como a articulação da atividade humana e sua relação com a natureza. Relacionar teoria e prática não é algo fácil, tendo em vista que a história da educação brasileira nos mostra que a

reflexão está dissociada da prática. Essa compreensão nos acompanhou e ainda nos acompanha quando ouvimos os estudantes do ensino superior de vários cursos das ciências humanas dizerem que “a faculdade ensina a teoria e o estágio ensina a prática”. Isso se reproduz na vida social de modo mecânico, sem que possamos compreender que toda prática está embasada por uma teoria. Por isso, é importante *ler o mundo e ler a palavra*. Essas duas perspectivas de leituras se complementam, transformam-nos, e, transformados, temos mais condições de contribuir para a mudança na sociedade em que vivemos.



Acervo IPF

Assentamento Dom Tomás Balduino.  
Outubro/2010.

## 1.4 Quais as experiências vivenciadas no Brasil que buscaram e buscam romper com as lógicas dominantes?

Há várias experiências que buscaram e ainda buscam romper com a lógica dominante, mas aqui vamos destacar apenas as que se tornaram referências latino-americanas por sua abrangência e por sua capilaridade em rede social: o Movimento de Educação de Base (MEB), criado na década de 1960, que se integrou aos Movimentos de Cultura

Popular; o Movimento de Alfabetização de Adultos (Mova), criado em 1989; a Rede Educação Cidadã (Recid) e o MOVA-Brasil, ambos criados em 2003.

Conforme Brandão (2006), a primeira experiência de educação com as classes populares, a que se deu, sucessivamente, o nome de educação de base (no MEB, por exemplo), de educação libertadora e mais tarde de Educação Popular, surgiu no Brasil no começo da década de 1960. Nasceu no interior de grupos e movimentos da sociedade civil, alguns deles associados a setores de governos municipais, estaduais ou da federação. Começou como um movimento de educadores, que trouxeram, para o seu âmbito de trabalho profissional e militante, teorias e práticas do que então se chamou de “cultura popular”, e se tornou uma base simbólico-ideológica de processos políticos de organização e mobilização de setores das classes populares, para uma luta de classes dirigida à transformação da ordem social, política, econômica e cultural vigentes.

A Educação Popular surgiu como contraponto à ideologia dominante e dentro dos movimentos de cultura popular. Processualmente, foi sendo disseminada dentro de alguns governos de características populares. Conquistou expressão pelo fato de refletir a cultura do povo, com o povo. Com base nessa reflexão, novas intervenções foram elaboradas e, dessa interação, produziu-se novos conhecimentos. É relevante ressaltar que esse processo foi sistematizado por educadores que concebiam a educação como ato político e por isso mesmo transformador.

É nessa perspectiva que Antonio Gramsci, filósofo Italiano, morto no cárcere pelo governo fascista de Benito Mussolini, atribuiu a concepção de intelectual orgânico aos intelectuais que colocam o seu conhecimento a serviço da construção de um projeto emancipador.

Dentre os muitos intelectuais que fazem jus a essa concepção, destacamos Paulo Freire, o qual tinha a capacidade intelectual de organizar o conjunto dos trabalhadores na década de 1960 e era referência no Brasil e América Latina pela crítica que fazia à educação bancária e pela criação do Método Paulo Freire, que então passou a ser utilizado na alfabetização de adultos e no conjunto dos movimentos sociais, em especial nos de cultura popular.

Os Movimentos de Cultura Popular que, em menor escala que os CPCs, também se multiplicaram pelo país, se originaram no MCP de Recife, criado em maio de 1960 e ligado à Prefeitura de Recife. O movimento nasceu da iniciativa de estudantes universitários, artistas e intelectuais pernambucanos que se aliaram ao esforço da prefeitura da capital no combate ao analfabetismo e elevação do nível cultural do povo, buscando também aproximar a juventude e a intelectualidade do povo.

(PAIVA, 1973, p. 236)

A alfabetização de adultos era compreendida como elemento aglutinador das massas, estratégia de eliminação do analfabetismo, e se uniu a outras ações para assegurar tal objetivo.

Podemos afirmar que a experiência vivida em Angicos (RN) por “Paulo Freire e sua equipe, em 1963, ficou reconhecida nacional e internacionalmente pelo fato de que em 40 horas conseguiram alfabetizar 300 trabalhadores(as) rurais” (FEITOSA, 2011, p. 35).

Esse engajamento revolucionário de Paulo Freire chamou a atenção das elites, pois a educação como ato político poderia, a curto prazo, desvelar a realidade opressora e alçar mudanças no país. A Educação Popular se ampliou pelo Brasil, mas o Golpe Militar de 1964 interrompeu esse movimento.

Concomitantemente ao MEB, a Educação Popular se reconheceu também nos Movimentos de Cultura Popular (MCPs). O destaque aqui é apenas para afirmar que os princípios teórico-metodológicos de Paulo Freire não ficaram restritos à alfabetização de adultos. Os diversos estados brasileiros, em particular o estado de nascimento de Paulo Freire, Pernambuco, são a expressão da produção da cultura popular como transformadora da realidade. O MEB após sua criação, atuava de forma articulada, sendo um dos integrantes do MCP.

[...] o MCP de Pernambuco desenvolveu suas atividades a partir de 1960. Entre setembro de 1961 e fevereiro de 1963 realizou uma experiência de educação pelo rádio com recepção organizada em escolas experimentais, e para a qual foi preparado o Livro de Leitura do MCP, transmitindo programas de alfabetização (50 a 60 minutos de aulas noturnas durante os dias úteis) e de educação de base (10 a 20 minutos). Aos sábados e domingos eram feitas transmissões musicais e teatrais por intermédio da Divisão do Teatro do MCP ou levados ao ar as novelas gravadas pela SIRENA.

(PAIVA, 1973, p. 238)

Antes de citar a marcante experiência de Paulo Freire como secretário municipal de educação de São Paulo, faz-se necessário pontuar o significado político social da década de 1980 no Brasil. A conjuntura socioeconômica e a pressão dos movimentos sociais e populares contribuíram para viabilizar o processo de redemocratização, e com isso a reorganização da relação entre Estado e sociedade civil.

A Assembleia Constituinte e, posteriormente, a aprovação da Constituição Federal de 1988 demarcaram um novo campo no Brasil que até aquele momento não existia: a participação do povo na elaboração das políticas públicas por meio de representações. A garantia dos direitos sociais expressou a maior conquista, do ponto de vista jurídico, da história do Brasil.

Essa legalidade teve grande importância na implementação de políticas públicas para garantir a participação democrática da população na gestão pública e na construção processual da implementação dos referidos direitos. Introduziram um modelo de gestão das políticas sociais que requer uma relação de cooperação e complementaridade entre os entes federativos – União, Estados e Municípios – e a participação da população nesse processo.

No final da década de 1980, o primeiro governo democrático popular conquistou a maior capital do Brasil, São Paulo, e, nesse contexto, Paulo Freire criou o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA), na cidade de São Paulo, quando assumiu em 1989 como secretário de Educação na gestão do governo municipal de Luiza Erundina, então prefeita.

[...] sustentamos nossos princípios político-pedagógicos sintetizados numa concepção libertadora de educação, evidenciando o papel da educação na construção de um novo projeto histórico, a nossa teoria do conhecimento, que parte da prática concreta na construção do saber, concebe o educando sujeito do conhecimento e compreendendo a

alfabetização não apenas como um processo lógico, intelectual, mas também como um processo profundamente afetivo e social.

(GADOTTI, 2008b, p. 63)

O MOVA-SP tornou-se referência pela coerência que conseguiu desenvolver no processo metodológico, atuando de forma articulada com os movimentos sociais, inseridos com uma concepção crítica de educação. Podemos afirmar que foi a primeira experiência após a ditadura militar de financiamento da democracia participativa em que os representantes do governo municipal e movimentos sociais construíram juntos processos políticos dos quais as classes populares faziam parte e tomavam parte (BORDENAVE, 1994). Esse processo de alfabetização não foi isento de conflitos e contradições, mas todos vividos intensamente dentro do processo democrático de base e participativo.

A Rede de Educação Cidadã (Recid), criada em 2003, é uma experiência inovadora no campo da educação popular, pois dialoga com diferentes sujeitos: quilombolas, ribeirinhos, pescadores, indígenas, ciganos, movimento urbano dos sem tetos, Movimento dos Sem Terra (MST), Movimentos de Mulheres, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), movimento hip hop e movimentos dos direitos humanos. Vinculada, do ponto de vista pedagógico, administrativo e político ao governo federal na gestão do Governo Lula, cumpre um papel essencial para a promoção dos direitos humanos no Brasil, uma vez que possui capilaridade em todo o território nacional. A Recid articula diversos segmentos da população, entidades e movimentos sociais e populares, assumindo solidariamente o compromisso de realizar um processo sistemático de sensibilização, mobilização e Educação Popular de grupos social e economicamente vulneráveis, promovendo o diálogo e a participação ativa na superação da miséria, afirmando um projeto popular, democrático e soberano de nação.

Atualmente, a experiência em gestão compartilhada dos recursos públicos e das ações para a execução do Projeto Formação em Educação Popular para a Garantia, Defesa e Promoção dos Direitos Humanos no Brasil, com grupos socialmente vulneráveis, ocorre por meio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR).

Inspirado no Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA), criado pelo educador Paulo Freire, o Projeto MOVA-Brasil é outra iniciativa significativa na primeira gestão do Governo Lula, desenvolvida desde 2003 por meio de uma parceria entre Petrobras, Federação Única dos Petroleiros (FUP) e Instituto Paulo Freire (IPF). Tem como finalidade promover a dignidade humana por meio da alfabetização. Sua atuação é desenvolvida com outras ações para que, efetivamente, contribuam com a melhoria das condições de participação cidadã, de trabalho e geração de renda, garantindo aos sujeitos e às comunidades a oportunidade de reconstruírem seu destino e de conquistarem o direito à cidadania plena e participativa. Seus objetivos são: contribuir para a redução do analfabetismo no Brasil, o fortalecimento da cidadania e a construção de políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA); estabelecer parcerias com outros projetos do Programa Petrobras Socioambiental e com organizações, sindicatos, movimentos sociais, movimentos populares e governos; organizar turmas de alfabetização de jovens e adultos em regiões prioritárias para os parceiros envolvidos no processo; formar coordenadores de polo, assistentes pedagógicos, auxiliares administrativos, coordenadores locais e alfabetizadores.

Cabe também registrar que o fato de apresentarmos essas experiências como as mais abrangentes em nível nacional no campo da Educação Popular não significa que as demais experiências não sejam relevantes. Pelo contrário, são as microações que dão sustentação às macroações e, por meio delas, visibilizam o trabalho da Educação Popular que vem sendo construído em diferentes cantos do Brasil.



Formatura MOVA-Brasil. Salvador, 18 dez. 2011.

## 1.5 A Educação Popular e a América Latina

Na América Latina, a Educação Popular tem como pressupostos os princípios teórico-metodológicos de Paulo Freire, em contraponto à concepção de educação positivista, que concebe a educação como instrumental, sem referências na história e conteudista. A Educação Popular teve na pesquisa participante uma concepção teórico-metodológica de investigação social, a qual constrói conhecimento crítico e criativo da realidade com a participação dos envolvidos no processo, visando a um ensino/aprendizagem comprometido com a transformação social na perspectiva da autonomia dos sujeitos e da construção coletiva (BRANDÃO, 1987).

## 1.6 Qual a relação do educando e do educador na pesquisa participante?

Essa abordagem exige uma relação horizontal entre sujeitos pesquisadores. Há reciprocidade na construção do conhecimento, ambos participam do direito de pesquisar e do poder de pensar, produzir e dirigir os usos de seus saberes, posicionando-se no contexto histórico. Essa pesquisa ganha expressão em 1960, no contexto das lutas sociais da América Latina, por iniciativa de pesquisadores envolvidos com os projetos anti-capitalistas e com a causa dos oprimidos.

O trabalho de Freire para o Instituto de Capacitação e Investigação em Reforma Agrária (Icira), em Santiago do Chile, subvencionado pela Organização para a Agricultura e Alimentação (FAO), pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e pelo governo chileno, era direcionado aos camponeses de El Recurso, grupos de comunidades rurais que estavam passando por uma reforma agrária acelerada. Em fins de 1970, houve um deslocamento da orientação e da clientela da investigação-ação participativa, e o foco passou a ser a organização do setor urbano-marginal em lugar do camponês, assim como grupos urbanos e rurais heterogêneos com capacidade organizacional.

(TORRES, 1997, p. 155)

De fato, a contribuição de Paulo Freire na América Latina se deu em diferentes contextos e grupos, na alfabetização de adultos, na luta pela reforma agrária, na luta pela escola pública popular, nos movimentos sociais e nos movimentos de cultura. Obviamente que o fato de haver intelectuais e estudantes comprometidos com essa perspectiva crítica de educação tornou o seu enraizamento mais efetivo naquele período. As ditaduras ocorridas entre as décadas de 1960 e 1980 na América Latina interromperam um processo de construção social por meio da Educação Popular. A herança da ditadura foi um contingente de pessoas que ficou em condições de miserabilidade, com habitação e alimentação precárias, com rendimentos provenientes muitas vezes do trabalho informal ou sem trabalho, sem moradia, num universo permeado pela pobreza e subalternidade.

A Educação Popular passou por muitos momentos educativos e organizativos, desde a busca da conscientização até a defesa dos direitos humanos aos aniquilados pelas ditaduras militares, brutais e sangrentas, que custaram a vida de milhares de militantes populares. Ela presenciou o otimismo guerreiro da campanha de alfabetização da Nicarágua, o sistema de Educação Popular de adultos forjado com cheiro de pólvora, até a convivência com a Educação Popular que produzia pequenas peças de artesanato, juntava roupas usadas e soluçava com raiva, resmungando ódio junto com o desempregado na periferia urbana.

Desde a experiência das comunidades de base que lendo o mundo liam a palavra e recriavam a religiosidade popular, até aqueles que buscavam criar uma nova economia popular a partir das experiências de solidariedade comunitária.

(GADOTTI; TORRES, 1994, p. 8)

Consideramos que a retomada do projeto popular para a América Latina é urgente e precisa considerar o desenvolvimento econômico sustentável e a democracia mais presente na atualidade. A Educação Popular é aqui compreendida como o regime alicerçado na soberania popular, na justiça social e no respeito integral aos



Recid no Fórum Social Mundial. Belém, 2009.

direitos humanos, e seu reconhecimento é urgente para a ampliação e a concretização dos direitos.

Neste século XXI, a Educação Popular ganha centralidade, pois ela retoma sua direção ao pleno desenvolvimento humano, respeitando, reconhecendo os grupos socialmente excluídos e, com eles, reassumindo a luta histórica por um projeto emancipador anticapitalista; nesse contexto, novas bandeiras são incorporadas, como a defesa socioambiental.

Sendo a educação um meio privilegiado na promoção dos direitos humanos, cabe priorizar a formação de agentes públicos e sociais para atuar no campo formal e não formal, abrangendo os sistemas de educação, saúde, comunicação e informação, justiça e segurança, mídia, entre outros. É necessário integrar e aprimorar os espaços de participação existentes, bem como criar novos espaços e condições institucionais de construção e monitoramento das políticas públicas de direitos humanos no país.

O cenário atual da América Latina em relação aos processos econômicos, político-ambientais e socio-culturais evidenciam um capitalismo globalizado em um contexto de crise, que se explica nos marcos da reestruturação produtiva – implementada por meio de uma regressão conservadora de raiz neoliberal – que leva, conseqüentemente, à precarização e subalternização do trabalho à ordem do mercado, exigindo do trabalhador mais flexibilidade, qualificação, eficácia e eficiência num cenário em que alguns postos de trabalho desaparecem ou são substituídos pela tecnologia. Os salários e as condições de trabalho se tornam precários para a parcela ainda *privilegiada*, que consegue inserir-se no mercado formal, e um enorme contingente da classe trabalhadora sobrevive do trabalho informal.

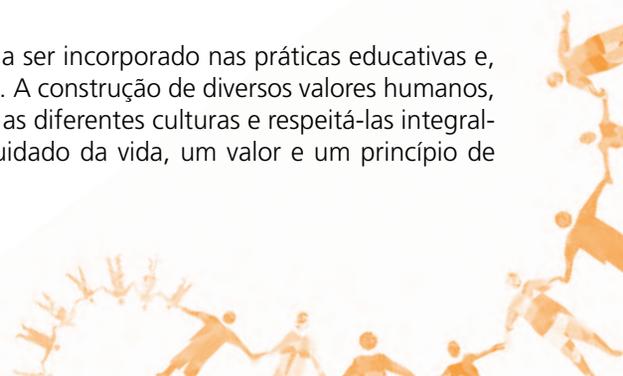
Em tempos de crise, é preciso compreender por que algumas experiências educacionais no campo popular tiveram êxito e outras não. Que lições podemos extrair dos caminhos já percorridos e como reacender o sonho e impulsionar as reflexões teórico-práticas para a construção de um projeto de Educação Popular?

Cabe considerar que, ao longo destes 50 anos, houve uma disseminação da Educação Popular fundamentada nos princípios teórico-metodológicos freirianos como metodologia de atuação com os setores populares. Movimentos sociais, sindicatos, sistemas públicos de educação, movimentos de alfabetização, enfim, há, no conjunto da sociedade, grupos e movimentos que resistem cotidianamente à dominação capitalista por meio de uma práxis da Educação Popular. Essa é a utopia que nos move, o sonho de que outra sociabilidade é possível, construída com as classes populares.

Sobre a incorporação do debate acerca da educação ambiental e educação em direitos humanos como parte constitutiva da Educação Popular, entendemos que há um empenho coletivo de ocupar espaços de discussões para a inserção das reflexões socioambientais e de direitos humanos nos processos educacionais formais e não formais.

## 1.7 Quais princípios são incorporados na Educação Popular neste século XXI?

A educação em direitos humanos é um princípio elementar a ser incorporado nas práticas educativas e, conseqüentemente, um desafio a ser coletivamente concretizado. A construção de diversos valores humanos, tais como a capacidade de conviver com a diversidade, conhecer as diferentes culturas e respeitá-las integralmente, construir efetivamente com o outro e reconhecer, no cuidado da vida, um valor e um princípio de



sustentabilidade humana, são desafios de toda a humanidade. Vivências educativas relacionadas aos direitos humanos devem ocorrer desde a infância, pois possibilitam a transformação dos educandos em sujeitos dos direitos e promovem a afirmação de sua identidade cultural, auxiliando-os na construção de processos educativos em que há relação efetiva entre ser humano e natureza.

Uma educação orientada para o pleno desenvolvimento humano reconhece no outro a humanidade que há em cada um de nós. O respeito aos direitos humanos pressupõe o direito ambiental, social, econômico, cultural e político. Tal concepção se orienta pela diversidade e pela democracia, pelo conhecimento de seus direitos e dos outros. Envolve mudança de atitudes, posturas e novas concepções.

A caminhada da humanidade rumo a outra ordem societária tem possibilitado a criação de vários referenciais que se transformam em documentos oficiais, os quais vem fundamentando essa outra sociabilidade. Para Gadotti (2008a), os princípios e valores da Carta da Terra podem servir de base para a criação de um sistema global de educação, uno e diverso, sob a coordenação da Unesco, que poderá colocar uma base humanista comum para os sistemas nacionais de educação. Não se trata de formar um sistema ideologicamente único, o que seria uma iniciativa totalitária. Trata-se de realçar o que temos em comum.

Se não tivermos nada em comum, o que nos restará será a guerra [...] Os sistemas de educação são muito semelhantes em quase todo o mundo, apesar da imensa diversidade cultural existente. Isso tem vantagens e desvantagens. A desvantagem é que são sistemas rígidos, que resistem a mudanças; a vantagem é que uma inovação introduzida num sistema pode mais facilmente ser introduzida também em outros.

(GADOTTI, 2008a, p. 11)

Faz-se necessário pactuar entre as nações, por meio dos chefes de Estado, da sociedade civil, dos partidos políticos e das várias representações sociais, essa mudança estrutural em relação ao cuidado da vida em todas as suas dimensões. Nesse sentido, o papel da educação escolar e da Educação Popular é fundamental para assegurar a incorporação desse princípio na vida cotidiana, pois não se trata de “salvar o planeta”, mas de adotar outros conteúdos que ressignifiquem o modo de vida na sociedade e possam contribuir para a mudança no modelo de produção capitalista, o qual reconhece na mercadoria o seu elemento central da vida.

A barbárie já faz parte da estrutura das sociedades mundiais e, progressivamente, tem produzido mortes e alijado pessoas dos seus direitos fundamentais, conforme aponta Sen (2000, p. 29):

Um número imenso de pessoas em todo o mundo é vítima de várias formas de privação de liberdade. Fomes coletivas continuam a ocorrer em determinadas regiões, negando a milhões a liberdade básica de sobreviver. Mesmo nos países que já não são esporadicamente devastados por fomes coletivas, a subnutrição pode afetar numerosos seres humanos vulneráveis. Além disso, muitas pessoas têm pouco acesso a serviços de saúde, saneamento básico, ou água tratada, e passam a vida lutando contra uma morbidez desnecessária, com frequência sucumbindo à morte prematura. Nos países mais ricos é demasiado comum haver pessoas imensamente desfavorecidas, carentes de oportunidades básicas de acesso a serviços de saúde, educação funcional, emprego



Seminário Internacional Educacion Interculturalidad. Apurimac, Peru, 2007.

remunerado ou segurança econômica e social... Adicionalmente, a desigualdade entre mulheres e, de modos diferentes, restringe em altíssimo grau as liberdades substantivas para o sexo feminino.

Pensar na Educação Popular neste século XXI é dialogar com os novos desafios, tendo como ponto de partida a superação do modo de produção capitalista, na construção de uma cidadania ativa, na afirmação do homem como sujeito de sua história e protagonista de um tempo em que o desenvolvimento social não esteja em função do desenvolvimento econômico, mas, sim, da afirmação das identidades de gênero, das identidades étnico-raciais, das identidades sexuais, de todas as identidades humanas e da vida em todas as suas formas.



Fórum Mundial de Educação Infantojuvenil em Osasco. Fevereiro/2010.





## 2. Contribuições centrais de Paulo Freire à Educação Popular

Neste item apresentaremos parte das contribuições de Paulo Freire à Educação Popular. Em nossa experiência existencial, construímos relações e desenvolvemos reflexões que nos permitem compreender além do que é aparente. Aprender o real é um dos propósitos da educação libertadora, que consiste na reflexão da realidade para nela intervir. A nossa apreensão é sempre parcial, pois a nossa incompletude, o nosso inacabamento, nos propicia que todos os dias possamos ter condições de aprofundar a leitura sobre a realidade, tendo em vista o seu movimento e dinamismo. Por isso, partimos da compreensão de que a educação é um processo construído ao longo da vida e haverá sempre tempo de aprender e ensinar.

A teoria do conhecimento formulada por Paulo Freire, conhecida como Método Paulo Freire, concebe a educação como ato político e libertador. Nesse sentido, esse método promove uma alfabetização que instiga a curiosidade epistemológica e, conseqüentemente, o desejo de saber mais. Alfabetização, para Paulo Freire, é o processo de incorporação do código escrito às práticas cotidianas, permitindo que a pessoa que se apropria desse código possa ampliá-lo constantemente e utilizá-lo em favor de seu desenvolvimento pessoal e coletivo. Assim:

Alfabetizada é a pessoa que, ao se apropriar dos mecanismos da leitura e da escrita, pode não só utilizá-los para simples verificação da realidade, mas para questionar, recriar, revisitar essa realidade, agora com sua própria leitura e, não, com a interpretação do outro.

(FEITOSA, 2008, p. 54-55)

Construir possibilidades para intervenção no mundo é o conceito-chave expresso pela autora sobre alfabetização. Aqui demarca o sentido teórico-prático do significado da alfabetização na concepção freireana. A educação cumpre três papéis elementares: o papel afetivo, na medida em que humaniza o sujeito por meio da interação com o outro; social, pelo fato de construir relações sociais e convivências de reciprocidades; e político, devido à capacidade desenvolvida no sujeito para interferir e participar ativamente dos rumos de sua comunidade, seu município, por meio de associações, conselhos deliberativos, tendo incidência nas políticas sociais públicas.



Formação continuada MOVA-Brasil. Dezembro/2011.

## 2.1 Qual a relação entre a concepção de educação libertadora e a Educação Popular?

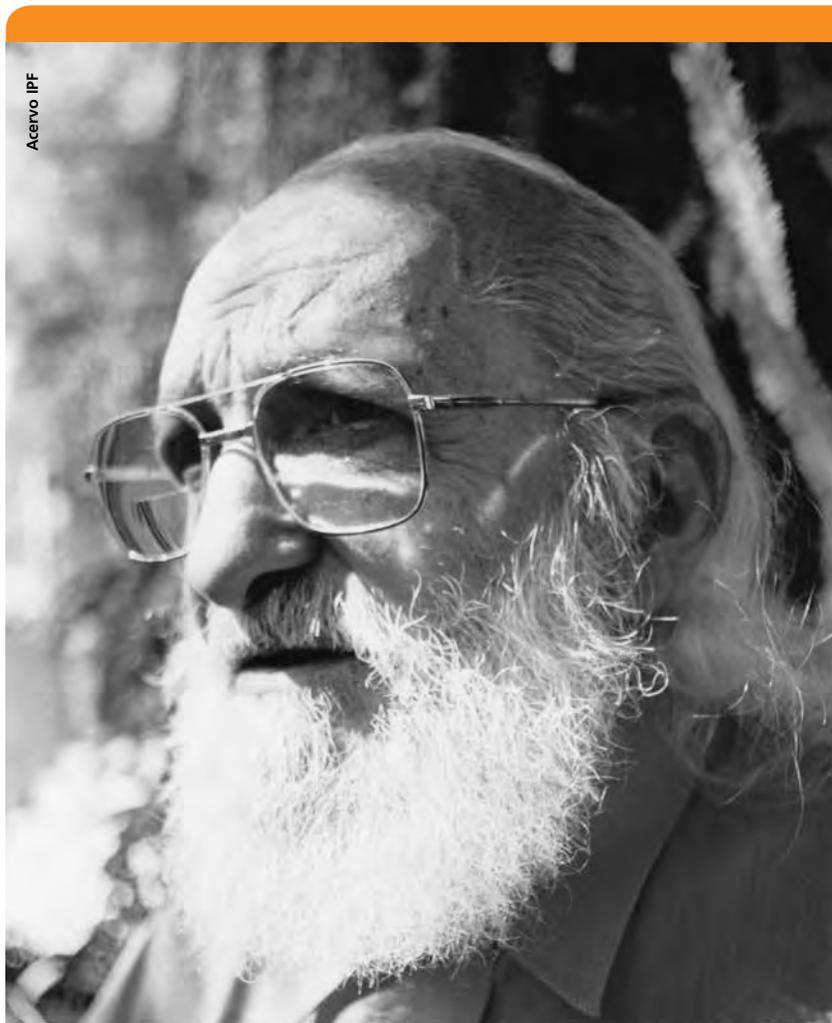
A ideia aqui é demarcar o campo teórico-metodológico da Educação Popular. Por isso, faz-se necessário destacar a relação imbricada entre a educação libertadora e a Educação Popular. A primeira é aquela que assegura a compreensão do mundo com base na leitura do sujeito em relação com o outro. À medida que se aprende, ensina-se, e nessa interação cada sujeito se transforma individualmente e socialmente. Assume o conflito como parte inerente de um processo dialético e busca sua resolução por meio do debate de ideias.

A relação entre a educação libertadora e a Educação Popular está na concretização da práxis pedagógica, ou seja, no modo como se desenvolve a ação. Referenciada nos princípios teórico-metodológicos freirianos, a Educação Popular adquire uma dimensão ética, movida pelo desejo de mudança. O seu desenvolvimento implica a aceitação do novo, a rejeição da discriminação e a reflexão crítica sobre a prática, sem abrir mão do rigor metodológico, da pesquisa, da competência, da criticidade, do respeito aos saberes dos educandos e o comprometimento com os grupos populares. Desenvolve-se na sociedade para se contrapor ao projeto dominante; por isso é adotada em diferentes contextos, principalmente pelos movimentos sociais do campo e da cidade e pelos governos que têm uma direção social crítica e desenvolvem educação de jovens, adultos e idosos.

Para Freire, a educação não é neutra, contém uma intencionalidade. Portanto, pressupõe escolhas, estejamos ou não conscientes delas, referentes aos conteúdos, às metodologias, ao planejamento, à avaliação, à comunicação, à convivência etc. Dependendo das decisões, ou seja, das escolhas que fazemos, a educação que realizamos pode ser transformadora e emancipadora ou conservadora – contribui para a manutenção da organização e da dinâmica social. O autor desenvolveu uma teoria do conhecimento que possibilita a compreensão do papel de cada um no mundo e de sua inserção na história de modo a contribuir para a luta por melhores condições de existência das populações oprimidas. Nessa construção, o diálogo é condição para o conhecimento. Assim, o ato de conhecer dá-se num processo social, e o diálogo é o mediador dessa relação.

Nas reflexões sobre o Mova e sua reinvenção do método freiriano, Moacir Gadotti (2008b, p. 130-131) afirma que:

O diálogo não é apenas uma estratégia pedagógica. É um critério de verdade. A verdade do meu ponto de vista, do meu olhar, depende do outro, da comunicação, da intercomunicação. Só o olhar do outro pode dar veracidade ao meu olhar. O diálogo com o outro não exclui o conflito. A verdade nasce da conformação do meu olhar com o olhar do outro. Nasce do diálogo-conflito com o olhar do outro. O confronto de olhares é



Acevo IPF

Paulo Freire.

necessário para se chegar à verdade comum... O meu conhecimento só é válido quando eu o compartilho com alguém.

Desse modo, o diálogo não é instrumento pedagógico, mas princípio de uma Educação Popular que reconhece a construção coletiva como aquela que possibilita a humanização dos sujeitos e convive com o conflito não para negar o outro, mas para reconhecer suas contribuições no processo de transformação individual e social.

## 2.2 Como nossa atuação está acolhendo os saberes dos educandos na prática educativa?

Conforme os referenciais teórico-metodológicos formulados por Paulo Freire, é preciso compreender que a prática educativa é social e histórica; logo, tem intencionalidade política e, para isso, requer que eu, enquanto educador, perceba o sentido que atribuo à educação. Nessa perspectiva, o acolhimento dos saberes dos educandos ganha espaço no Círculo de Cultura se realmente dialoga com a realidade na qual os educandos se inserem. Por exemplo, ao problematizar sobre a água, e essa questão se mostrar complicada, pois a comunidade é abastecida por poço, como educadores daquela turma precisamos construir estratégias para mobilizá-los a se organizarem por investimentos públicos, tendo em vista os limites da prática educativa.

A compreensão desses limites demanda indiscutivelmente a clareza política dos educadores com relação a seu objeto. Demanda que o educador assuma a politicidade de sua prática. Não basta dizer que a educação é um ato político, assim como não basta dizer que o ato político é também educativo. É preciso assumir realmente a politicidade da educação.

Não posso, por exemplo, como intelectual que toma banho todos os dias com água quente, que é um professor universitário, um acadêmico, não posso dizer que os operários de São Paulo não têm consciência de classe e que eu tenho a consciência da classe trabalhadora. Também não posso falar da transformação radical da sociedade e, ao mesmo tempo, converter meus educandos em puros objetos passivos dentro dos quais eu deposito minha sabedoria. Mas, por outro lado, também não posso, como educador, deixar os educandos abandonados como se lhes dissesse: “Agora adivinhem”. Não. Nem uma coisa, nem outra. Tenho de assumir uma responsabilidade política, uma luta constante para cumprir cabalmente minha tarefa de educador. E essa coerência entre discurso e prática, devo buscá-la em todos os níveis.

(Freire apud TORRES, 1987, p. 84)

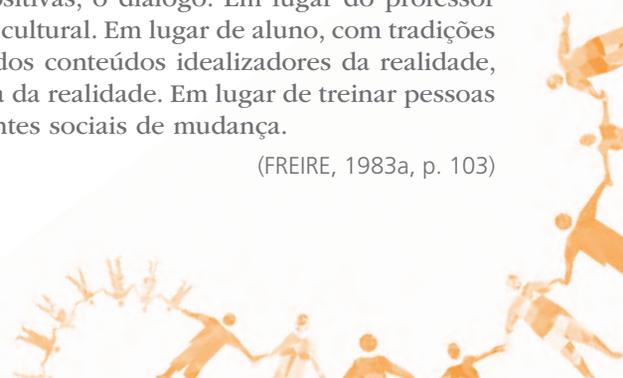
Paulo Freire evidencia que é preciso corporificar o nosso discurso pelo exemplo e criar efetivamente condições para o diálogo com o outro. Não existe a minha realidade e a dele, pois ambos pertencem a uma classe social. Nesse sentido, o posicionamento político em favor dos excluídos está posto, desde que se tenha consciência de classe.

A Educação Popular passa a ser âncora de práticas efetivas e comprometidas com as classes populares quando consegue estabelecer relações de respeito, de amorosidade conjuntamente com os educandos, tendo amanhã em que todos *possam ser mais*.

Em suas primeiras experiências com educação de adultos, em Recife, Paulo Freire criou o Círculo de Cultura em lugar da sala de aula tradicional.

Em lugar das aulas exclusivamente expositivas, o diálogo. Em lugar do professor orador, o coordenador de debates e animador cultural. Em lugar de aluno, com tradições passivas, o participante de grupo. Em lugar dos conteúdos idealizadores da realidade, os temas geradores, a discussão crítico-criativa da realidade. Em lugar de treinar pessoas para simplesmente se adaptarem, formar agentes sociais de mudança.

(FREIRE, 1983a, p. 103)



## Educação Popular

A realidade dos educandos é o ponto de partida para o conhecimento que eles vão criando do mundo. Com base nela, uma nova descoberta da realidade inicialmente discutida em seus aspectos superficiais vai sendo realizada com uma visão mais crítica e mais generalizada.

A educação, na perspectiva libertadora, exige a dialogicidade, portanto, a Leitura do Mundo coletiva. É a partir dela, do conhecimento do nível de percepção dos educandos, de sua visão do mundo, que Paulo Freire considera possível organizar um conteúdo e, por conseguinte, um currículo libertador. O processo educativo deve desafiar o educando a penetrar em níveis cada vez mais profundos e abrangentes do saber. Nisso se



Formatura MOVA-Brasil em Salvador. Dezembro/2011.

constitui uma das principais funções do diálogo, que se inicia quando o educador busca a temática significativa dos educandos, procurando conhecer o nível de percepção deles em relação ao mundo vivido.

Assim, a realidade imediata vai sendo inserida em totalidades mais abrangentes, revelando ao educando que a realidade local, existencial, possui relações com outras dimensões: regionais, nacionais, continentais, planetária e em diversas perspectivas: social, política, econômica, ambiental e cultural, que se interpenetram.

Nesse processo desafiador, Paulo Freire realça a importância da dimensão cultural nos processos de transformação social.

Com as discussões sobre o conceito de cultura, o analfabeto descobriria

que tanto é cultura o boneco de barro feito pelos artistas, seus irmãos do povo, como cultura também é a obra de um grande escultor, de um grande pintor, de um grande místico, ou de um pensador. "Cultura é a poesia dos poetas letrados de seu país, como também a poesia de seu cancionero popular. Cultura é toda criação humana" (FREIRE, 1983a, p. 109).

A história está aberta às possibilidades, "enquanto presença na história e no mundo, esperançosamente luto pelo sonho, pela utopia, pela esperança, na perspectiva de uma Pedagogia crítica" (FREIRE, 1983a, p. 53). E essa não é uma luta vã.

As nossas utopias estão constantemente em busca de solo no terreno concreto da realidade, para se enraizarem. Mesmo que elas muitas vezes pareçam impossíveis e inalcançáveis, elas permanecem fundamentais, como faróis que nos guiam na direção de novos sonhos possíveis.

## 3. Educação Popular como concepção de educação

Neste capítulo apresentaremos algumas características das concepções de educação que predominaram ao longo da história da humanidade. Para tanto, é necessário traçar um panorama de como a educação foi e é apreendida pela humanidade.

### 3.1 Quando surge a educação?

A educação, como conhecemos hoje, não tem apenas uma origem. Vários povos espalhados pelo mundo contribuíram para a construção do conceito ou dos conceitos de educação em evidência.

A educação no mundo pré-grego e greco-romano foi uma educação por classes, diferenciadas por papéis e funções sociais, por grupos sociais. Vigorou uma educação que mostra a imagem de uma sociedade dividida entre dominantes e dominados. Mais especificamente na Grécia, predominou uma educação que respondia ao cotidiano daqueles que se empenhavam no governo da *Pólis*, que se dedicavam à vida política e à vida pública. Valorizava-se a educação restringindo-a ao uso da palavra, marginalizando, assim, qualquer forma de trabalho manual, privilegiando, como define Cambi (1999), uma educação antitécnica, ou seja, voltada para o pensar.

Ao longo da história, a definição de educação é relacionada ao conceito de sociedade na qual está inserida. Aparece como várias formas comunitárias de ensinar-aprender, procurando a inserção e socialização entre a humanidade, caracterizada por tipos de saber-habilidades as quais expressam a ideologia do modo de vida de determinado grupo social.

### 3.2 Se tudo o que vive é significativo à comunidade, o que é determinante para definir o que é educação?

As formas como as pessoas se relacionam com a cultura, a arte, seu meio de vida etc. contribuíram para que os povos elaborassem estratégias educativas, as quais, aos poucos, foram configurando-se em metodologias, didáticas, formas e meios de aprendizagens. Segundo Brandão (1997, p. 24), “ela aparece sempre que surgem formas sociais de condução e controle da aventura de ensinar-aprender”.

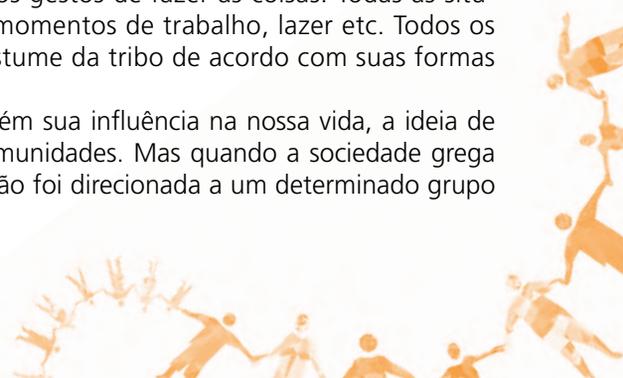
Cada sociedade vivenciou a educação como processo de ensino e aprendizagem à sua maneira.

Desde as tribos da antiguidade à sociedade grega e romana, até os dias de hoje, o ato de educar (ensinar-aprender) está relacionado com a sua reprodução social. Dessa forma, tudo o que é importante para a sociedade é transformado em algum tipo de saber-ensinar.

Cada tipo de grupo humano cria e desenvolve situações, recursos e métodos empregados para ensinar às crianças, aos adolescentes e também aos jovens e mesmo aos adultos o saber, a crença e os gestos que os tornarão um dia o modelo de homem ou de mulher que o imaginário de cada sociedade idealiza, projeta e procura realizar (BRANDÃO, 1997, p. 22).

Os chamados povos indígenas utilizavam-se do processo de ensino-aprendizagem quando os mais velhos envolviam crianças e adolescentes na prática da caça, fabricação de utensílios, crenças, apreensão da natureza: tempo, plantas, ervas etc. Nesse processo não existe a instituição escola, nem a figura do professor, tampouco dos alunos. A troca de conhecimento se dá na vivência de múltiplas situações das pessoas entre si e das pessoas com a natureza. Imitando os mais velhos, as crianças e adolescentes entendem e aprendem, adquirem o conhecimento nos próprios gestos de fazer as coisas. Todas as situações de aprendizagem são postas por todas as pessoas nos momentos de trabalho, lazer etc. Todos os membros da comunidade apreendem o que é da cultura e costume da tribo de acordo com suas formas de sociabilidade.

Na Grécia, berço da cultura ocidental, que, até hoje, mantém sua influência na nossa vida, a ideia de educação apareceu, a princípio, nas atividades coletivas das comunidades. Mas quando a sociedade grega se estruturou entre livres e escravos, nobres e plebeus, a educação foi direcionada a um determinado grupo



social. De início, a exemplo das comunidades indígenas, ainda não havia escola; esta surge em Atenas por volta do ano 600 a.C., onde aos poucos é incorporada à educação dos meninos nobres.

A escola grega era destinada apenas às crianças (meninos) livres consideradas plebeias ou nobres; note-se que os meninos escravos e mulheres em geral não tinham acesso à escola. O ensino na Grécia estimulava a competição e formava guerreiros para assegurar a supremacia militar sobre as outras cidades/regiões conquistadas. Também a educação grega se propunha a ensinar os cidadãos livres e nobres a governarem.

O ideal grego era ser o melhor e conservar-se superior aos outros. Em síntese, segundo estudos, a educação na Grécia consistia na relação entre a cultura social e a criação individual ou de outra cultura, que se influenciaram de forma recíproca, unindo, assim, educação e cultura. Nesse processo, valorizava-se a arte, a literatura, as ciências sociais e a filosofia. Essa educação consistia na formação do corpo e da mente. A beleza estética, a criação e o pensar intelectual tinham lugar de destaque. Era pautada pela ginástica (exercícios físicos), pela filosofia e pelas ciências. Buscava-se o conhecimento da verdade, da beleza e do bem.

Como entre os povos indígenas, os gregos e todos os povos antigos, a civilização romana também teve uma época em que a organização social foi comunitária. A educação da criança era de obrigação doméstica. A criança começava a aprender em casa com os mais velhos, ou seja, os primeiros educadores entre os romanos eram o pai e a mãe. Depois, a criança passava a ser educada pela comunidade.

A exemplo da Grécia, quando entre o povo romano se deu a transformação do modo de produção, em que a sociedade se dividiu entre ricos e pobres, a educação passou a ser escolarizada e definia-se o que ensinar aos filhos da nobreza e aos filhos de escravos e servos. Ou seja, quando a sociedade se dividiu entre livres e escravos, senhores e servos, começou a se formar um modelo de educação para cada um de acordo com sua “utilização social”. Roma copiou os moldes da educação grega tendo como central a formação de guerreiros, organizada pela disciplina e justiça.

### 3.3 Como e quando surge a escola no Brasil?

No Brasil, a escola surge com a colonização portuguesa e a necessidade de catequizar os povos que, até então, habitavam a terra. Nota-se que, a exemplo das tribos antigas, Grécia, Roma e outras civilizações, os povos que aqui viviam exerciam seu processo de ensino-aprendizagem.

O ensino-aprendizagem se dava por meio da caça, pesca, crença, fabricação de utensílios etc., e a transmissão de conhecimento se disseminava pela tradição e orientação dos mais jovens pelos mais velhos.

Nesse tipo de organização, os conhecimentos eram acessíveis a todos os membros da comunidade. Estudos demonstram que essa forma de compartilhar não se dava apenas entre os mais velhos para os mais novos; ocorria também entre as crianças e jovens de qualquer idade. Segundo a mesma lógica de que o processo educativo está ligado ao modo de produção e a forma em que a sociedade se reproduz, os fins da educação entre os povos que aqui viviam, antes da colonização, coincidiam com os interesses comuns do grupo e se realizavam de forma igualitária e integral entre todos os membros.

Pode-se dizer que a atual educação, tal qual conhecemos no Brasil, surgiu com a chegada dos jesuítas, os quais vieram por determinação do rei de Portugal e criaram escolas, colégios e seminários espalhados pelas diversas regiões do território. Seu intuito era catequizar as chamadas crianças indígenas e garantir a educação dos meninos (portugueses órfãos) que aqui chegavam.

Após a Proclamação da Independência do Brasil, e com a primeira Constituição, foi concebido na lei que a “instrução primária é gratuita para todos os cidadãos”. Em linha geral, as discussões no final do Império apon-tavam na direção da construção de um sistema educacional de ensino, tendo como ênfase a instrução pública e destacando as escolas primárias.

Com a reforma educacional na República, foram elencados como princípios orientadores a liberdade e laicidade do ensino e a gratuidade da escola primária. Assim, as salas (cada uma) passaram a ser ministradas por um professor, e o grupo passou a ser coordenado por um diretor.

Nota-se que, nas primeiras décadas do século XX, principalmente por volta de 1920, o debate se dava pelo aumento das escolas primárias, com o objetivo de erradicar o analfabetismo no país. Em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública e, em 1931, o governo sancionou decretos organizando o ensino secundário e as universidades brasileiras ainda inexistentes.

Em 1932, foi lançado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. A educação apareceu como direito na lei em 1934; nesse mesmo ano foi criada a Universidade de São Paulo (USP). Deve-se considerar que, em termos pedagógicos, essa educação ainda se pautava pelo viés da educação tradicional, porém, é nesse

período que a pedagogia tradicional começou a ser superada pela pedagogia moderna, baseada na Escola Nova. Adiante falaremos mais sobre a escola tradicional e a Escola Nova.

Com o Golpe Militar, foi necessário remodelar a política econômica no Brasil para atender aos interesses do Estado; desse modo, para atender ao sistema ditatorial, foi preciso adequar o sistema educacional ao modelo de sociedade vigente. Fez-se necessário uma reforma que se deu por meio de dois eixos: 1 – a adequação do sistema educacional à política socioeconômica; 2 – a necessidade de se responder à crescente demanda por melhores níveis de escolaridade.

Em 1961, foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB) no Brasil, a qual entrou em vigor em 1962. Nesse mesmo ano, foi apresentado o Plano Nacional de Educação previsto pela LDB, tendo como um dos principais proponentes o educador Anísio Teixeira, e sendo aprovado pelo então ministro Darcy Ribeiro. O principal debate em torno da LDB foi entre os defensores da escola pública e os da escola privada.

Uma grande preocupação nesse período foi o de potencializar a qualificação profissional, principalmente com aqueles que terminavam o segundo grau. O objetivo era a produção da mão de obra barata, numerosa e tecnicista, ajustada às necessidades do sistema econômico vigente. Para tanto, foi preciso uma profunda alteração em todo o sistema educacional brasileiro. É importante destacar que é a partir desse período que a educação privada se consolida no Brasil.

No período pós-ditadura, no contexto da redemocratização do país, ganha força política a ideia de uma educação pública, democrática e de qualidade. Novamente estavam na ordem do dia as ideias de educação centradas no saber popular e na autonomia das organizações sociais, atuando de forma autônoma, mas também dentro do espaço escolar, buscando transformar os espaços das escolas de modo a expressar as ideias populares.

Destaca-se a concepção libertadora formulada pelo educador Paulo Freire. Esta agregou setores importantes da Igreja Católica, sindicatos e partidos políticos. Essa educação, que pregava uma educação do povo pelo povo, para o povo e com o povo, proliferou no campo da Educação Popular e foi apropriada pelos movimentos sociais.

Outras propostas de Educação Popular ou libertárias renasceram nesse período. Surgiram propostas de inspiração libertária que se assumiam como pedagogia da prática e trabalhavam com o conceito de classe social.

### 3.4 Qual concepção de educação predominou na história?

Temos nos períodos históricos ideias de educação que predominaram, também, de acordo com o objetivo e concepção de sociedade vigente.

As concepções de educação que predominaram ao longo da história foram: educação tradicional, educação escolanovista, educação tecnicista e a escola crítica (chamadas por alguns de escola histórico-crítica). Apresentaremos a seguir um panorama de cada concepção. Para esse estudo, utilizamos como referências: Gadotti (1999), Cambi (1999) e Saviani (2007).

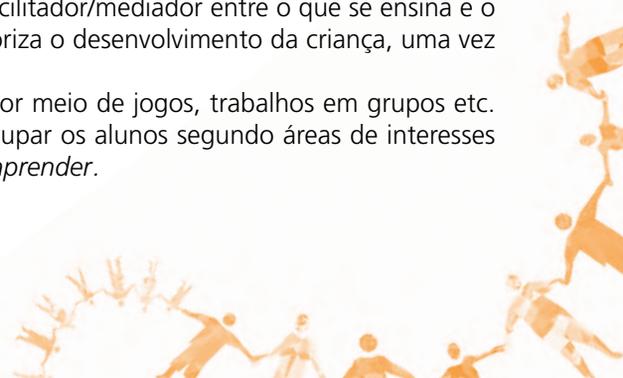
Na *educação tradicional*, as instituições detêm o poder. Concebem o ser humano como ser corrompido pelo pecado. Nessa concepção de educação, o professor é tido como o centro, o detentor do conhecimento e transmissor de conteúdos. A ele cabe elaborar, selecionar o que se deve ensinar. Concebe o aluno como o ser passivo que deve assimilar o conteúdo recebido pelo professor.

O conteúdo é selecionado com base na cultura universal, ou seja, o que é ensinado é igual para todos, considera a visão ocidental de cultura. A transmissão dos ensinamentos deve ser organizada em disciplinas. O professor elege como metodologia aulas expositivas com exercícios de leitura e cópia que dá ênfase à memorização. A escola tradicionalista valoriza a hierarquia e a disciplina. Pretende que o resultado da formação seja o aluno dominar os conteúdos recebidos, que se torne o intelectual, sábio e moral. Trata-se de *aprender a conhecer*.

A *Escola Nova* surgiu na Europa e nos Estados Unidos no início do século XX. A pedagogia nova mantém a crença no poder da escola em função da regularização social. Concebe a educação como instrumento de correção da marginalidade, na medida em que contribui para a constituição de uma sociedade na qual os membros se aceitam mutuamente e se respeitam na sua individualidade específica.

O professor não é o detentor do conhecimento e sim um facilitador/mediador entre o que se ensina e o aluno, o qual é o centro nesse processo, pois essa educação valoriza o desenvolvimento da criança, uma vez que dá ênfase aos aspectos afetivos na relação.

O conteúdo é elaborado com base no interesse do aluno por meio de jogos, trabalhos em grupos etc. Em vez de classes destinadas a professores, a escola deveria agrupar os alunos segundo áreas de interesses decorrentes de sua atividade livre. Trata-se, aqui, de *aprender a aprender*.



Os escolanovistas defendiam uma escola democrática para todos, sem distinção social. Aqui, a sociedade começa a se preocupar com a criança na sua totalidade, surgem iniciativas que discutem a educação além da sala de aula, desenvolve-se a busca pela educação integral. Pretende-se formar o cidadão criativo e participativo.

A *escola tecnicista* tem como objetivo formar mão de obra especializada. Predominou durante a Ditadura Militar de 1964, quando no Brasil se disseminou a vinda de grandes indústrias multinacionais. O professor tem a função de técnico, que elabora o conteúdo baseado em meios eficientes de ensino; também a transmissão do conhecimento se dá de forma vertical, ou seja, é o professor quem dita o conhecimento. O aluno recebe o que é preparado.

Os conteúdos devem responder à necessidade de mercado, em relação ao tipo de curso oferecido. Foi nesse período que cresceu consideravelmente o número de escolas técnicas no Brasil, bem como a tele-educação, a discussão em torno do ensino a distância e o ensino informal.

A metodologia propõe recursos audiovisuais, apostilas, promovendo o estudo individual e o afastamento entre os estudantes. A escola deixa de ter a importância central como polo educacional. Organiza-se segundo modelo de empresas, valoriza a divisão entre o saber e o saber fazer. Pretende-se formar o cidadão eficiente e produtivo.



Iconografia/Reiniscências

Colonização alemã. Escola do sexo masculino (knabenschule) em Blumenau (SC). 1880.

Em oposição às concepções anteriores, a *escola cidadã*, fundamentada na tradição freiriana da Educação Popular, objetiva formar o cidadão crítico e participativo, o “povo soberano” (TAMARIT, 1996). Essa concepção da educação nasceu no Brasil no final da década de 1980 e início da década de 1990 do século XX e vem ganhando força, sobretudo nas municipalidades que contam com governos democrático-populares. A maior ambição da escola cidadã é contribuir para a criação das condições que permitam o surgimento de uma nova cidadania, como espaços de organização da sociedade para a defesa de direitos e a conquista de novos.

Foi Paulo Freire quem melhor definiu uma educação para e pela cidadania quando, nos *Arquivos Paulo Freire*, em São Paulo, no dia 19 de março de 1997, numa entrevista à TV Educativa do Rio de Janeiro, falou sobre sua concepção de “escola cidadã”:

A escola cidadã é aquela que se assume como um centro de direitos e de deveres. O que a caracteriza é a formação para a cidadania. A escola cidadã, então, é a escola que viabiliza a cidadania de quem está nela e de quem vem a ela. Ela não pode ser uma escola cidadã em si e para si. Ela é cidadã na medida mesma em que se exercita na construção da cidadania de quem usa o seu espaço. A escola cidadã é uma escola coerente com a liberdade. É coerente com o seu discurso formador, libertador. É toda escola que, brigando para ser ela mesma, luta para que os educandos-educadores também sejam eles mesmos. E como ninguém pode ser só, a escola cidadã é uma escola de comunidade, de companheirismo. É uma escola de produção comum do saber e da liberdade. É uma escola que vive a experiência tensa da democracia.

### 3.5 Qual concepção de educação orienta o seu trabalho educativo?

Não existe uma única definição de educação. Cada cultura vai defini-la de acordo com aquilo que defende e almeja para sua sociedade. No entanto, é possível elencar alguns princípios que devem organizar nosso

trabalho educativo, que dialogam com a concepção de sociedade que pretendemos com base em nossas ações educativas.

Partimos dos pressupostos político-pedagógicos de Paulo Freire, que definem o ser humano como sujeito de sua própria educação. Necessitamos da educação porque somos seres inacabados, ou seja, nenhum ser está pronto, ninguém conhece tudo. Estamos sempre nos reproduzindo socialmente, assim sempre aprendendo.

[...] nenhuma educação é neutra; toda educação representa um projeto político. Isso significa que, no seio da sociedade dividida e desigual, existem diferentes projetos de sociedade, uns mais conservadores, que contribuem para a manutenção da realidade como está posta, outros que pretendem contribuir para a transformação da sociedade, na luta pela eliminação das diversas formas de negação da liberdade.

(FREIRE, 2000, p. 35)

O que, portanto, diferencia fundamentalmente as diferentes concepções e práticas educativas são as suas intencionalidades políticas e ideológicas. Dependendo de quais são essas, isso determinará os grupos sociais aos interesses dos quais elas servem, assim como suas formulações teóricas e seus procedimentos metodológicos. Nesse sentido, Paulo Freire nos ensina que a pedagogia do oprimido possui um compromisso consciente e claramente revelado, como atividade organicamente vinculada aos interesses e lutas dos grupos populares mais pauperizados.

### 3.6 Em que princípio se pauta a Educação Popular?

Estamos convencidos de que qualquer esforço de educação popular, esteja ou não associado a uma capacitação profissional, seja no campo agrícola ou no industrial urbano, deve ter [...] um objetivo fundamental: através da problematização do homem-mundo ou do homem em suas relações com o mundo e com os homens, possibilitar que estes aprofundem sua tomada de consciência da realidade da qual e com a qual estão.

(FREIRE, 1983a, p. 65)

Como dito anteriormente, em todos os processos de sociabilidade existiram formas de compartilhar a construção do conhecimento. Por meio de diferentes estratégias de ensino-aprendizagem, os povos reinventavam práticas educativas, as quais valorizavam a inserção do indivíduo em seu contexto social.

A ideia de escola aparece quando a divisão social do trabalho se dá por meio da apropriação do trabalho para acúmulo de riqueza, separando a sociedade por classes. Assim, o Estado assume a função de órgão que regula a educação. Essa educação é diferenciada de acordo com o *status* social da classe que detém o poder.

Nesse contexto, a Educação Popular aparece como contracultura, ou seja, alternativa de educação que valoriza o saber dos povos oprimidos.

Numa primeira aproximação, podemos dizer que Educação Popular é uma noção que remete às diferentes experiências e conhecimentos pedagógicos, que foram e continuam acumulando-se no seio dos movimentos e das lutas populares, como ferramentas para fortalecê-los. Suas principais características são: justiça social, democracia participativa e transformação social. Concebe o ser humano como sujeito-parte do processo e centro da atuação.

A Educação Popular é comprometida com a construção de uma sociedade justa, democrática. Parte da realidade da população, disseminada pelos movimentos sociais. Valoriza a dialogicidade, a horizontalidade



Apresentação de atividades no 1º Encontro de Educandos e Educandas da EJA em Osasco. 2008.

## Educação Popular

e o conhecimento prévio do indivíduo. Promove a autonomia por meio da ação-reflexão-ação. É a expressão do movimento cultural.

Sendo assim, a Educação Popular, sob a formulação freiriana, deve ser entendida como uma ferramenta de transformação social; num contexto de luta contra as diferentes formas de opressão e negação das liberdades, é o exercício da “educação como prática de liberdade”.

Diferentemente da educação formal, a Educação Popular tem um sentido transformador imerso no meio popular. Na concepção crítica de educação, a concepção de Educação Popular se pauta pelos seguintes princípios:

- **ético:** promove o respeito ao ser humano, combatendo qualquer tipo de discriminação social. A Educação Popular está claramente comprometida com os grupos populares, que são os sujeitos que mais sofrem os múltiplos modos de violências e opressões. São eles que carregam os interesses mais fortes e urgentes da transformação humana da realidade;
- **político:** promove a transformação da sociedade, tendo a educação como intencionalidade política;
- **educativo:** educação construída com os educadores e educandos, valoriza a construção do conhecimento, instiga a pesquisa. A própria relação social que se estabelece enquanto relação pedagógica é em si mesma educativa. A construção do conhecimento e a aprendizagem, que relaciona educadores e educandos, deve dar-se em comunhão e de forma dialógica. Isso significa que cada uma das partes possui um tipo diferente de conhecimentos, e que cada tipo é igualmente importante no processo de construção coletiva de um conhecimento.

Em suma, podemos dizer que a Educação Popular é uma educação para os direitos humanos, uma vez que promove a mobilização social para a garantia dos direitos e, como afirmado antes, para uma transformação social.

## 3.7 Marco Referencial da Educação Popular: contribuição às políticas do Brasil

No ano de 2014, o Brasil trouxe a memória e a verdade do golpe de 1964, quando o país passou por uma ditadura civil e militar que retirou do povo brasileiro todos os direitos, inclusive o mais essencial: a liberdade. Naquele contexto havia um debate intenso na sociedade brasileira acerca das reformas de base, como educação e reforma agrária. Entretanto, a ditadura impediu que o Brasil avançasse em seu processo democrático e nas transformações de base, que assegurariam à população direitos básicos de cidadania.

Após anos de resistência, o povo brasileiro conquistou, em 1988, o Estado Democrático de Direito por meio da Constituição Federal. Com a conquista de novos marcos jurídicos sociais, parte da sociedade brasileira passou para um outro estágio, que foi o de retomar o seu projeto de educação de base mediante a Educação Popular.

Em uma conjuntura totalmente adversa, devido ao projeto neoliberal, parte da sociedade civil organizada trabalha no sentido de fortalecer o projeto da Educação Popular por meio dos movimentos sociais. Nesse movimento contraditório, foi construído, em 2014, o Marco de Referência da Educação Popular (MREP) para as políticas públicas, que propõe o seguinte questionamento: “Que modelo de participação e democracia se pretende construir?”. Com base no MREP, o Estado, que é indutor de políticas públicas, terá um referencial para as diversas ações empreendidas em áreas como: economia solidária, educação ambiental, Educação de Jovens e Adultos (EJA), educação popular em saúde, assistência social, cultura, dentre outros.

A construção do MREP ocorreu após um longo diálogo entre Estado e sociedade civil. Sua elaboração foi de forma participativa e submetido à consulta pública. O MREP integra um conjunto de ações previstas na elaboração da Política Nacional de Educação Popular, em uma ação coordenada que envolve ministérios, universidades e organizações da sociedade civil, como a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) e o Instituto Paulo Freire (IPF). Foi resultado do trabalho de mapeamento de processos educativos no âmbito do governo federal.

O MREP pretende qualificar e potencializar a participação social em espaços institucionalizados, como conselhos, fóruns e comitês. Isso é possível em decorrência da proposição de um referencial comum de Educação Popular, que tem por base o respeito à diversidade cultural e aos diferentes capitais e saberes, bem como se baseia no contexto social em que se desenvolve, visando à transformação da realidade.

O desafio que se coloca às gestões públicas é o de se formular, em conjunto com a sociedade civil, planejamentos que assegurem, aos cidadãos e cidadãs, a construção democrática, participativa, crítica e colaborativa a fim de promover uma mudança cultural nas estruturas sociais e políticas do país.

## 4. Mobilização e articulação social

[...] não há dúvida sobre um fato: o movimento de educação popular serviu em conjunto muito mais à mobilização que à manipulação, que sempre criticou de maneira bastante clara.

(FREIRE, 1983a, p. 18)

Neste item, refletiremos juntos sobre a mobilização e articulação social, com base no conceito de Educação Popular discutido anteriormente.

De início é preciso ampliar esse conceito, uma vez que fazer Educação Popular extrapola os muros da escola formal/tradicional. Tendo em vista que essa educação tem como um dos seus princípios o fazer político, logo a educação não está restrita à construção do conhecimento apenas do ponto de vista das disciplinas.

A dimensão política exige e possibilita perceber a educação como polo gerador de ações sociais e comunitárias. Aprender significa aprender a se organizar, a sistematizar, a falar em público, a protestar e também a ler e a escrever. São inúmeros os grupos de estudos espalhados pelo Brasil em que seus membros procuram entender a sociedade para transformar.

A aprendizagem também se dá por meio da mobilização em termos amplos. Movimentos culturais, organizações e movimentos sociais (mulheres, negros, infância e juventude, moradia, LGBT etc.) promovem a aprendizagem na medida em que contribuem para que a pessoa consiga ler o mundo e, com base nessa leitura, supere a visão ingênua da sociedade.

Foi assim no começo da década de 1960, com as famosas experiências de alfabetização de agricultores pobres, nos sertões rurais do Norte e do Nordeste, das quais se destaca a de Angicos (RN), orientadas pela metodologia freiriana. Já nesses primeiros momentos de experimentação prática, algumas ideias e procedimentos de impacto diferenciavam profundamente a nova iniciativa da tradicional alfabetização de adultos.

O processo de alfabetização se dava fora do espaço formal da instituição escolar, que já não aparecia como o único lugar da aprendizagem. Por meio do Círculo de Cultura, de forma dialógica e não hierarquizada, fazia-se e se apresentava um modelo alternativo de relação entre educadores e educandos, em que os papéis desempenhados eram diferentes, porém todos eram importantes nesse processo. O aprendizado nesses espaços não se resumia ao aprendizado do domínio da leitura e da escrita das palavras. Junto ao ato de aprender a ler e escrever, exercitava-se, ao mesmo tempo, a leitura crítica do mundo social, político e cultural que cercava aqueles camponeses, de modo a garantir uma das bases essenciais para uma possível e necessária reescrita desse mundo por parte dos próprios sujeitos da leitura.

Desse modo, o conhecimento das palavras se torna a condição de sua pronúncia, como transformação do mundo que nos rodeia, de acordo com nossas necessidades. Quando o educador Paulo Freire diz que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”, entendemos que, nos termos do que dialogamos até aqui, conhecer é mais do que codificar. Isso quer dizer: ler o mundo é entender suas relações políticas, econômicas, culturais em geral. É saber relacionar o que acontece na sua comunidade local com as questões do mundo afora. Assim, a expectativa é que o participante consiga, além da crítica, passar à ação organizada. Aprender para interferir na realidade.

Essa experiência e muitas outras sugerem a formação do sujeito capaz de intervenção e transformação da realidade.

Outra experiência de mobilização com base na Educação Popular é a do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Por meio de cursos de formação política, grupos de estudos, atividades culturais etc, seus princípios pedagógicos estão pautados sempre na relação da prática e teoria. Concebe a prática social



Encontro da EJA e do MOVA em Osasco. 2008.

como a base do processo formativo. Os cursos de formação devem ser lugares de práticas; têm como desafio articular o saber/saberes diante de situações da realidade; assim, articulando prática e saber, a aprendizagem se torna significativa para a pessoa.

No Projeto MOVA-Brasil, a mobilização é estratégia para a construção do trabalho em rede social. Tem como referência o articulador social, que integra as dimensões pedagógicas e administrativas com a dimensão política para potencializar a participação ativa dos sujeitos sociais inseridos em cada território nacional.

Esse modo de conceber a Educação Popular no MOVA-Brasil faz parte do legado da educação emancipadora. Nele, a sociedade civil organizada é partícipe da construção de uma concepção de educação, em que todos os sujeitos em todos os cantos educam e se educam, mediatizados pelo mundo (PADILHA, 2009).

### 4.1 De onde parte a mobilização? Qual a forma de despertar o interesse na participação?

No processo de Educação Popular, o interesse na participação nasce da condição objetiva de vida da pessoa. Com base na própria realidade, cada um deve atentar-se às condições de opressão ou de libertação que experimenta na sua vida cotidiana. A educação pode ser um meio que contribui para desmontar a visão mágica das coisas.

Assim como a construção do ensino-aprendizagem, na Educação Popular, deve-se partir da realidade; as questões relacionadas à mobilização requerem o mesmo caminho. O que leva à necessidade de aprender é a realidade. Assim, “se consegue partir dos conhecimentos que os(as) estudantes já têm e ir ligando com novas informações que, chegando à realidade nacional e até internacional, vão acabar ajudando a entender melhor a própria situação” (CALDART, 1996, p. 12). Em termos freirianos, a mobilização se dá com a comunidade e não para a comunidade, partindo do nível de organização social e cultural no qual se encontra.

### 4.2 Quais as atividades de mobilização possíveis?

São muitas as experiências de mobilização e ação popular. Estas podem dar-se em várias dimensões. Como já trabalhado anteriormente, os movimentos populares se valem de grupos de estudos, cursos de formações, atividades comunitárias em geral.

Uma dimensão importante é a da cultura popular. No Brasil, essas experiências têm-se mostrado eficientes quando se valem da cultura para a mobilização e construção do conhecimento. Sambas de roda, saraus, bibliotecas comunitárias, movimentos de juventude têm contribuído para a mobilização.

O movimento *hip hop* tem sido uma das grandes expressões da juventude nesse contexto. No país inteiro, é possível identificar ações que se articulam entre



I Encontro Estadual de Educandos. Manaus, 30 ago. 2011.

esse movimento e atividades formativas. Muitos jovens saíram dos lugares mais afastados, como as periferias das grandes cidades ou até mesmo dos sertões nordestinos, para se somarem às reivindicações de melhorias para suas comunidades.

Outro movimento que vem ganhando corpo entre a juventude são os saraus nas periferias. A partir da denominada literatura marginal, grupos de jovens se organizam, criam salas de leitura, que servem de ponto de encontro para criação literária de troca de textos e reflexões. Existem alguns resultados de pessoas e comunidades que ganharam o mundo do letramento depois que passaram a frequentar os saraus pela periferia.

Outras expressões de cultura popular estão em evidência há muito tempo: cordéis, quadrinhos, grafites, congo, jongo, dança afro etc.; são e podem ser formas de aglutinar a comunidade em geral em torno de objetivos comuns.

No campo das políticas sociais, é possível afirmar que foram várias as tentativas dos governos de mobilizar a sociedade para acabar com a fome, miséria, enfim, construir estratégias que efetivamente contribuíssem para o desenvolvimento social. Acontece que, no Brasil, as políticas sociais públicas ainda trabalham de forma isolada e de forma setorial, mesmo que as análises teóricas e as experiências concretas dos municípios, estados e a federação já tenham apontado para o trabalho intersetorial. Desse modo, fica a questão: por que não se avança no trabalho intersetorial? (PADILHA; CECCON; RAMALHO, 2010).

As políticas sociais básicas em sua área de atuação, como a assistência social, a educação e a saúde, trabalham internamente com as ações articuladas e integradas. Recentemente foi criado o cadastro único das políticas sociais, como estratégia de unificar os programas sociais e buscar maior efetividade nos resultados dos investimentos públicos. No entanto, essa integração ainda não tem alcance total no campo das políticas básicas: educação, assistência, habitação, saúde, esporte e lazer, por exemplo.

Esse isolacionismo das políticas sociais é herança da política centralizadora construída historicamente no Brasil e que dificulta o avanço na articulação e mobilização social.

Evidentemente, essa questão centralizadora se reflete nos municípios, onde o poder local é mais próximo e a disputa pelo poder político é muito mais visibilizada.

Institutos de pesquisa, como a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), apontam que o Brasil é o país da América Latina que mais investe em política social, cerca de 21% do Produto Interno Bruto (PIB), mas a falta de dados estatísticos que possa acompanhar processualmente o investimento público nas políticas públicas ainda é insuficiente. O que temos são dados quantitativos, que pouco expressam a realidade, ou seja, se a política social foi efetiva ou não; os indicadores de resultados não são divulgados e tampouco é revelado se houve mudança de estratégia quando a ação não atendeu a demanda da população.

Por isso, a sociedade civil vem contribuindo muito com os governos quando se lançam na atuação política de mobilização social. Os movimentos sociais e populares têm incidido efetivamente na construção de novas propostas de políticas sociais.

Por fim, mobilizar para uma ação pedagógica e transformadora é possível desde que a comunidade veja sentido na ação. Insistimos que tudo é válido, desde que seja construída de forma horizontal, com participação ativa dos membros da comunidade.

Centrando-se a educação popular na produção cooperativa, na atividade sindical, na mobilização e na organização da comunidade para a assunção por ela da educação de seus filhos e filhas, através das escolas comunitárias... a que se junte a defesa da saúde, na alfabetização e na pós-alfabetização...

(FREIRE, 1997, p. 127)

Com esta mensagem, finalizamos o caderno sobre Educação Popular com a expectativa de termos contribuído com reflexões teórico-metodológicas que buscam construir atuações no campo da alfabetização capazes de promover debates, encontros, estudos, festas populares e ensino-aprendizagem geradores de novas relações humanas que fortaleçam a sociabilidade coletiva e a busca permanente pela transformação social.

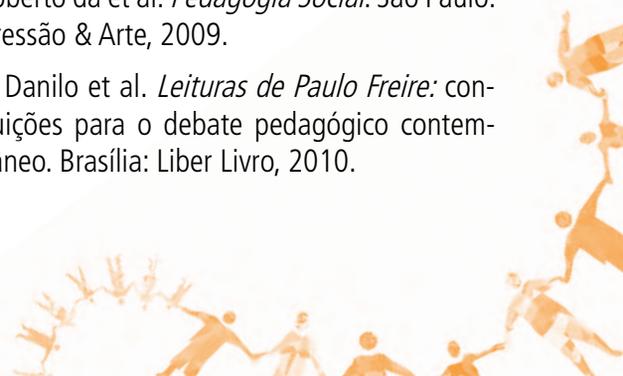


Fórum Mundial de Educação Infanto Juvenil em Osasco. Fevereiro/2010.

# Referências

- ASSUMPÇÃO, Raiane (Org.). *Educação Popular na perspectiva freiriana*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.
- BARBOSA. Leticia Rameh, (1948). *Movimento de Cultura Popular*. impactos na sociedade pernambucana. Recife: Ed. do autor. 2009.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. *Estado e educação popular*. São Paulo: Pioneira, 1974.
- BORDENAVE. Juan Diaz. *O que é participação?* 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994 (Primeiros Passos).
- BRANDÃO, Carlos R; ASSUMPÇÃO, Raiane (Org.). *Cultura Rebelde*: Escritos sobre a educação popular ontem e agora. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.
- \_\_\_\_\_. *O que é Educação Popular*. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Primeiros Passos; 318).
- \_\_\_\_\_. *De Angicos a ausentes*: 40 anos de educação popular. Porto Alegre: Corag, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Educação Popular na Escola Cidadã*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- \_\_\_\_\_. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 1997 (Primeiros Passos).
- \_\_\_\_\_. *Repensando a Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BRASIL. *Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas*. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República/Secretaria Nacional de Articulação Social, 2014
- CALDART, Roseli. *Educação e movimento*: formação de educadores no movimento dos trabalhadores rurais sem terra. Petrópolis: Vozes, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Caderno de Formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. São Paulo: Editora Peres, 1996.
- CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo: Unesp, 1999.
- CAMPOS, Maria Malta. *Escola e participação popular*: a luta por educação elementar em dois bairros de São Paulo. 1982. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.
- CARRILLO, Alfonso Torres. *La Educación Popular: Trayectoria y Actualidad*. Bogotá: Editorial EL Búho, 2011.
- FAVERO, Osmar. *Cultura Popular e educação popular*: memória dos anos sessenta. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- FEITOSA, Sonia C. S. *Método Paulo Freire*: a reinvenção de um legado. 2. ed. Brasília: Liber Livros, 2011.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Indignação*. São Paulo: Unesp, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia da autonomia*: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia da esperança*: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- \_\_\_\_\_. *A educação na cidade*. São Paulo: Cortez, 1991.
- \_\_\_\_\_.; Adriano Nogueira. *Que fazer*: teoria e prática em educação popular. Petrópolis: Vozes, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Educação*: o sonho possível. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). *Educador: vida e morte*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983a.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1983b.

- \_\_\_\_\_. *A importância do ato de ler*. São Paulo: Cortez, 1982a.
- \_\_\_\_\_. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982b.
- \_\_\_\_\_. *Extensão ou comunicação?* 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Ação cultural para a liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Educação e atualidade brasileira*. Dissertação de concurso para a cadeira de História e Filosofia da educação na escola de Belas Artes de Pernambuco. Recife, 1959.
- GADOTTI, Moacir. *Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008. (Unifreire, 2).
- \_\_\_\_\_. *MOVA, por um Brasil Alfabetizado*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008. (Educação de Adultos, 1).
- \_\_\_\_\_. *História das Ideias Pedagógicas*. São Paulo: Ática, 1999.
- \_\_\_\_\_; TORRES, Carlos A. (Org.). *Educação Popular e utopia latino-americana*. São Paulo: Cortez, 1994.
- GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*. 45. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GARAUDY, Roger. *Do Anátema ao Diálogo*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1969.
- MEKSENAS, Paulo. *Como Trabalhar com o Povo*. São Paulo: Pastoral da Juventude, 1982.
- MÉSZAROS, Istvan. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- OLIVEIRA, Antonio Carlos de. *Educação Popular: Prática plural*. Rio de Janeiro: Nova e Rede Mulher Editores, 2000.
- PADILHA, Paulo Roberto et al. *Educação para a Cidadania Planetária: currículo intertransdisciplinar em Osasco*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011.
- \_\_\_\_\_; CECCON, Sheila; RAMALHO, Priscila. *Município que Educa: Múltiplos Olhares*. São Paulo: Ed,L, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Educar em Todos os Cantos*. São Paulo: Editora Cortez/Instituto Paulo Freire, 2007.
- PAIVA, Vanilda P. *Educação popular e educação de adultos*. Rio de Janeiro: Loyola, 1973.
- PELANDRÉ, Nilcéa Lemos. *Efeitos a longo prazo do Método de Alfabetização*. 1998. Tese (Doutorado em Letras/Linguística) – Curso de Pós-Graduação Letras/Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998. v. I-II.
- PINI, Francisca Rodrigues de Oliveira; MORAES, Célio Vanderlei (Org.). *Educação, Participação Política e Direitos Humanos*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011.
- PONTUAL, Pedro de Carvalho. *Desafios pedagógicos na construção de uma relação de parceria entre movimentos populares e governo municipal da cidade de São Paulo: a experiência do MOVA-SP (1989-1992)*. 1996. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.
- ROSAS, Agostinho da Silva; MELO NETO, José Francisco de. *Educação Popular: Enunciados Teóricos*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.
- SCOCUGLIA, Afonso Celso. *Educação Popular: do Sistema Paulo Freire aos IPMs da ditadura*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB; São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2001.
- SECCO, Lincoln. *Gramsci e o Brasil: Recepção e difusão de suas ideias*. São Paulo: Cortez, 2002. (Questões da Nossa Época; v. 94).
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVA, Roberto da et al. *Pedagogia Social*. São Paulo: Expressão & Arte, 2009.
- STRECK, Danilo et al. *Leituras de Paulo Freire: contribuições para o debate pedagógico contemporâneo*. Brasília: Liber Livro, 2010.



## Educação Popular

TAMARIT, José. *Educar o soberano: Crítica ao iluminismo pedagógico de ontem e de hoje*. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 1996.

TEODORO, Antonio; TORRES, Carlos Alberto (Org.). *Educação Crítica & Utopia: perspectivas para o século XXI*. São Paulo: Cortez, 2006.

TORRES, Carlos Alberto. *Pedagogia da Luta: da Pedagogia do Oprimido à Escola Pública Popular*. Campinas: Papyrus, 1997.

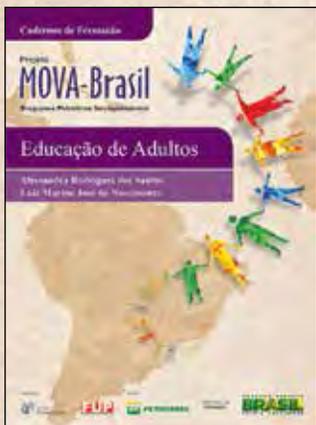
\_\_\_\_\_. *A política da educação não-formal na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TORRES, Rosa Maria (Org.). *Educação Popular: um encontro com Paulo Freire*. São Paulo: Loyola, 1987.



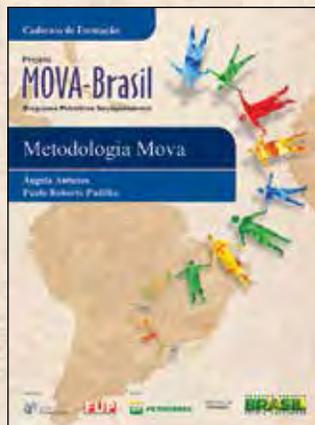






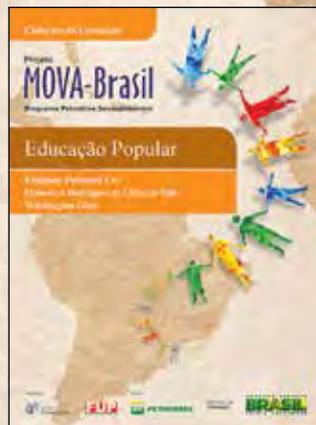
**Educação de Adultos**  
Alessandra Rodrigues dos Santos  
Luiz Marine José do Nascimento

Concepção de Educação de Adultos, de conhecimento e de aprendizagem. Educação Libertadora. Educação Popular. Sujeitos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Principais contribuições das Conferências Internacionais de Educação de Adultos, Diretrizes Nacionais da EJA.



**Metodologia Mova**  
Ângela Antunes  
Paulo Roberto Padilha

Raízes históricas do Mova: características, estrutura e funcionamento. Leitura do Mundo. Círculos de Cultura. Método Paulo Freire. Registro e sistematização de dados da realidade. Cultura e Currículo. Projeto Eco-Político-Pedagógico. Proposta Pedagógica, Avaliação da aprendizagem e Avaliação institucional.



**Educação Popular**  
Emiliano Palmada Liu  
Francisca Rodrigues de Oliveira Pini  
Washington Góes

Concepção de Educação Popular na perspectiva do campo democrático popular. Histórico da Educação Popular no Brasil e na América Latina. Contribuições centrais de Paulo Freire à Educação Popular; Educação Popular como concepção de educação. Mobilização e Articulação social.



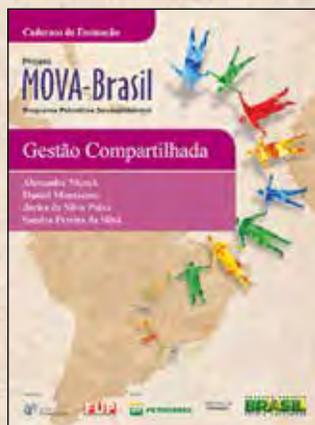
**Economia Solidária**  
Ângela Antunes  
Juliana Fonseca de Oliveira Neri  
Roberta Stangherlim

Trabalho, emprego e renda. Fundamentos, concepção e características da Economia Popular e Solidária. Economia Solidária como práxis pedagógica. Contribuições à reflexão sobre educação e qualificação profissional. Sustentabilidade e bem-viver.



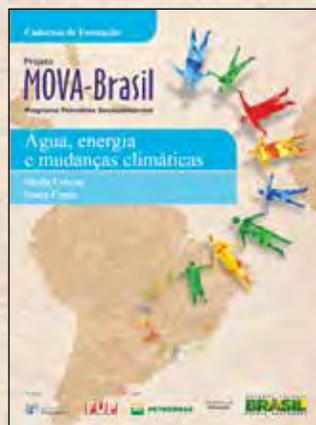
**Diversidade e Direitos**  
Mariana Galvão  
Paulo Roberto Padilha  
Rosângela Leite

Linguagem, cultura e direitos humanos na alfabetização de jovens, adultos e idosos. Diversidade Étnico-racial, Diversidade de Gênero, Diversidade Sexual e Inclusão das pessoas com deficiência no Projeto MOVA-Brasil.



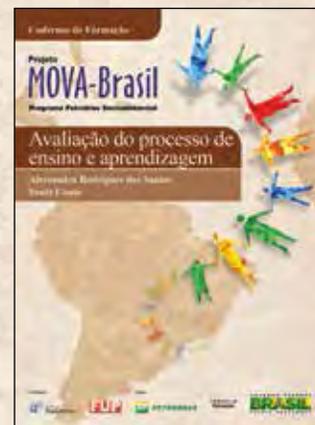
**Gestão Compartilhada**  
Alexandre Muncz  
Daniel Montezano  
Sandra Pereira da Silva

Fundamentos, princípios e orientações práticas relacionadas às dimensões administrativa, financeira e de gestão das pessoas. Subsídios para a organização do trabalho relacionado ao Projeto MOVA-Brasil.



**Água, energia e mudanças climáticas**  
Sheila Cecon  
Sonia Couto

Reflexões sobre o contexto socioambiental brasileiro, a disponibilidade de água, o abastecimento de energia, as mudanças climáticas e a atuação dos movimentos sociais na construção de estratégias de enfrentamento



**Avaliação do processo de ensino e aprendizagem**  
Alessandra Rodrigues dos Santos  
Sonia Couto

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem, a avaliação dialógica e cidadã e o portfólio como caminhos para a avaliação processual no Projeto MOVA-Brasil. O acompanhamento processual da aprendizagem e o encaminhamento do educando para a continuidade dos estudos. A avaliação institucional.